

Revista



Diálogos com a Sociedade



**Projeto leva Ministério Público
ao seu destinatário final:
*a sociedade***



Melhores
Empresas Para
Trabalhar™
no Centro-Oeste

Great
Place
To
Work®

BRASIL
2025

Energisa Mato Grosso: a melhor empresa para se trabalhar no Centro-Oeste.



Somos o **1º lugar no ranking GPTW** das
melhores empresas para se trabalhar
em todo o Centro-Oeste brasileiro.

Uma conquista construída com mais de **6 mil
empregos** diretos e indiretos, investimento em
gente, inovação, sustentabilidade e cultura
saúdável no ambiente de trabalho.



Conheça
nossas ações
em Mato Grosso.

A AGRICULTURA DE MÃOS DADAS COM A SUSTENTABILIDADE

Mais de um terço dos municípios mato-grossenses já foram mapeados pelo Projeto Guardião das Águas.

O projeto visa monitorar remotamente a conservação das nascentes no estado usando geotecnologia.

O objetivo é fornecer dados para melhorar o planejamento e a gestão ambiental para os produtores rurais associados à Aprosoja MT, para que possam otimizar a sua produção sem realizar a abertura de novas áreas, reduzindo o desmatamento e contribuindo para o equilíbrio da balança da conservação e produção agrícola.



95%

das nascentes estão
preservadas e/ou
moderadamente preservada

de **59**

municípios
mapeados

de **105** MIL

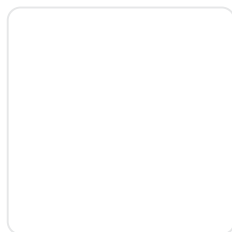
nascentes
identificadas

PRESERVAR É ATITUDE! EM MATO GROSSO,
PROTEGER NASCENTES E ÁRVORES
É ORGULHO DE QUEM PLANTA
COM RESPONSABILIDADE.





A Revista Diálogos com a Sociedade está disponível digitalmente e pode ser visualizada em computadores, tablets e smartphones



Posicione seu celular no QR Code



Acompanhe o Ministério Público

Siga o Ministério Público nas redes sociais e entre em contato conosco!



mpmt.mp.br



[@mpemt](https://www.facebook.com/mpemt)



[@mpemt](https://www.instagram.com/mpemt)



[mpmt](https://www.youtube.com/mpmt)



Diálogos com a Sociedade

**Publicação do Ministério Público
do Estado de Mato Grosso**

Procuradoria-Geral de Justiça

Rua Procurador Professor Carlos Antônio de Almeida
Melo, nº 237. Centro Político e Administrativo
Cuiabá-MT. CEP: 78.049-921
Telefone: (65) 3613-5100

Horário de atendimento ao público externo e protocolo:
12h às 19h

Procurador-Geral de Justiça
Rodrigo Fonseca Costa

**Subprocurador-Geral de Justiça Jurídico e
Institucional**
Marcelo Ferra de Carvalho

Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa
Januária Dorilêo

**Subprocuradora-Geral de Justiça de
Planejamento e Gestão**
Anne Karine Louzich Huguency Wiegert

Corregedor-Geral
João Augusto Veras Gadelha

Corregedora-Geral Adjunta
Esther Louise Asvolinsque Peixoto

Secretário-Geral
Adriano Augusto Streicher de Souza

Diretor-Geral
Ricardo Dias Ferreira

REVISTA DIÁLOGOS COM A SOCIEDADE

Departamento de Comunicação

Chefe de Departamento

Jonathan Cosme E. S. Pereira

Reportagem

Ana Luíza Anache, André Macedo, Camilly
Souza, Izabela Andrade, Janã Pinheiro e Julia
Munhoz

Projeto gráfico, artes e diagramação

Emanuel Evandir S. Costa
Faber Juliano Pires Cardoso

Fotografia

Angélica Almeida, Ana Luíza Anache, André
Macedo, Camilly Souza, Lucas Diego e
Mayara Duenhas

Supervisão

Janã Pinheiro

Sumário

7

Carta ao Leitor

"O Ministério Público existe para servir à sociedade"

8

Proximidade

Projeto tem início com foco em ouvir as demandas da sociedade

10

Tipos de Violência

Leis de combate à violência contra a mulher são tema de entrevista

13

Respeito à Mulher

Protocolo "Não é Não" é levado ao debate no estúdio de vidro

15

Diálogos com a Sociedade

Entrevistadas apresentam formas de identificar violência psicológica

17

Proteção ao Cidadão

Código de Defesa do Consumidor completa 35 anos de conquistas e desafios

19

Cão que ladra, mata

O alerta para os sinais que antecedem o feminicídio

22

Crime Brutal

Caso Emelly é tema do Diálogos com a Sociedade

24

Reconstruindo Sonhos

Ressocialização de mulheres privadas de liberdade

27

Informação é Poder

O papel da informação no acesso à saúde das mulheres

29

Quiz do Respeito

Educação e conscientização são caminhos para o enfrentamento

32

Equidade de Gênero

Protagonismo feminino é debatido no Projeto Diálogos com a Sociedade

34

Demanda pelo Silêncio

Combate à poluição sonora e perturbação do sossego na Capital

37

Dispositivos Eletrônicos

Os desafios e soluções no combate aos crimes digitais



41 **Desafios e Soluções**
Desigualdades regionais dificultam o cumprimento do Marco Legal do Saneamento em MT

43 **Terceiro Setor**
A importância que entidades sociais têm no combate à pobreza

45 **Patrimônio Público**
Controle preventivo do bem público é apontado como melhor estratégia

48 **Letalidade**
Trânsito violento é reflexo da imprudência dos condutores

50 **Direito da Família**
Como combater a alienação parental

52 **Direitos Fundamentais**
Proteção de mulheres e crianças deve ser priorizada em MT

56 **Empoderamento**
Capacitação e autonomia financeira são pilares para o empoderamento

58 **Doação de Sangue**
Entrevista ressalta importância dos doadores regulares em Mato Grosso

61 **Interesse Público**
Integridade, moralidade e eficiência são pilares de gestão responsável

64 **Diálogos com a Sociedade**
Educação como Força Transformadora

67 **Conciliação Tributária**
Soluções para Conflitos Fiscais

68 **Hospitalidade**
Cuiabá Celebra 306 Anos de História no Estúdio de Vidro

71 **Recomeço**
Trabalho em Rede Ajuda Mulheres a Romper o Ciclo da Violência

73 **Combate ao preconceito**
Mães Atípicas Debatem Desafios e Sensibilização sobre o TEA

76 **Meio Ambiente e Desenvolvimento**
Desmistificando o Agronegócio Mato-grossense



Carta ao Leitor(a)

"O Ministério Público existe para servir à sociedade"

É com grande satisfação que apresento a você, leitor (a), esta revista especial. Ela celebra a segunda edição do **"Diálogos com a Sociedade"**, um projeto que revela o verdadeiro DNA do Ministério Público: servir à sociedade. Para cumprir nossa missão constitucional, precisamos estar cada vez mais próximos de você, cidadão mato-grossense, para ouvir suas demandas.

Por isso, levamos este projeto para centros comerciais, com grande circulação de pessoas. Nosso objetivo? Facilitar seu acesso ao Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) e apresentar, de forma clara e descomplicada, o nosso trabalho a quem realmente importa: a população.

Durante cinco semanas, recebemos diversos convidados em um estúdio de vidro para entrevistas. Abordamos temas cruciais que impactam o seu dia a dia e que fazem parte das nossas áreas de atuação: violência contra a mulher, direitos do consumidor, ressocialização, poluição sonora, crimes digitais, saneamento básico, educação, segurança no trânsito, alienação parental, entre outros.

Vivemos em um mundo digital, onde a sociedade exige respostas imediatas, por meio de um clique. E trazer essa agilidade para o Ministério Público é um dos nossos principais desafios. Queremos romper barreiras, estreitar laços e mostrar, de forma clara, que o MP representa os interesses de toda a sociedade. Nossas portas estão sempre abertas à população!

Convido você a virar as próximas páginas e aprofundar-se no trabalho dessa instituição forte, independente e autônoma, que tem como missão defender os seus direitos.

Ótima leitura!

Rodrigo Fonseca Costa
Procurador-Geral de Justiça





Proximidade

Projeto tem início com foco em ouvir as demandas da sociedade

“O Ministério Público existe para servir à sociedade”. Com essa frase, o procurador-geral de Justiça, Rodrigo Fonseca Costa, deu início ao projeto “Diálogos com a Sociedade” e destacou a importância de levar o órgão para mais perto da população e aproximar o MPMT da comunidade mato-grossense para ouvir as suas demandas.

A segunda edição do projeto “Diálogos com a Sociedade” aconteceu entre os dias 10 de março e 1º de abril, no Pantanal Shopping, em Cuiabá, onde foi montado um estúdio de vidro, comandado pela Rádio CBN.

“Estamos aqui para apresentar de maneira mais detalhada e aprofundada o Ministério Público ao

seu destinatário final: a sociedade. Em um mundo cada vez mais digital, um dos nossos desafios no MP é dar uma resposta rápida às demandas do cidadão. Para isso, vamos investir em canais digitais, em que a pessoa possa fazer um primeiro contato com a instituição de forma mais célere, sem que precise sair de casa”, destacou o procurador-geral de Justiça.

Rodrigo Fonseca conclamou as pessoas para que levem suas demandas até o Ministério Público. “Costumo falar que o MP não é onipresente, não estamos em todos os lugares, por isso precisamos que o cidadão traga até nós os problemas que está enfrentando, seja uma questão ambiental, vaga na escola, atendimento na área da saúde, entre outras

reivindicações. Quanto mais cedo as pessoas procurarem o MP, mais cedo poderemos agir”.

O procurador-geral de Justiça ressaltou ainda que é um entusiasta da autocomposição. “Sempre defendi o diálogo. Um processo pode se arrastar por anos, enquanto na autocomposição um problema pode ser resolvido em uma ou duas reuniões. Na era digital, onde tudo é muito rápido, não dá para ter essa lacuna entre a demanda e a resposta. No Brasil, o processo é a regra e o acordo, a exceção; precisamos quebrar esse paradigma”.

Para ele, os processos devem ficar apenas para os casos insolúveis. “Se, por meio da autocomposição, conseguirmos reduzir de 20% a 30% o número de processos, teremos agilidade nas respostas para o que realmente precisa ser judicializado. Para mim, não resta dúvida de que o futuro do MP e do Judiciário é trabalhar a autocomposição, mais ágil e menos dispendiosa. Temos que cada vez mais focar em apaziguar conflitos, não em gerar”.

INTERIORIZAÇÃO

O projeto Diálogos com a Sociedade este ano será expandido para outras cidades do Estado, entre elas Várzea Grande, Sinop e Rondonópolis. “Com essa ampliação, queremos buscar pautas de interesse local. O problema que aflige os moradores de um bairro de Cuiabá é diferente do problema que atinge os moradores de um bairro de Várzea Grande. Por isso, queremos estar próximos

das pessoas em diferentes polos do Estado”, enfatizou a subprocuradora-geral de Justiça Administrativa, Januária Dorilêo.

A promotora de Justiça, Gileade Pereira Souza

Januária Dorilêo - subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa e
Gileade P. Souza - promotora de Justiça



Rodrigo Fonseca Costa
procurador-geral de Justiça

Maia, membro auxiliar do PGJ, destacou um dos temas abordados nas entrevistas, o enfrentamento à violência contra a mulher. Ela aproveitou para falar do **Espaço Caliandra**, criado em 2022 para amparar as vítimas de violência. “Em um momento de dor e sofrimento, essas mulheres têm, dentro do MP, um espaço de acolhimento, feito por uma equipe multidisciplinar. Só o olhar jurídico não é suficiente para atender essas pessoas”, disse.

PREVENÇÃO COMEÇA NA ESCOLA

O titular da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Criança e do Adolescente, procurador de Justiça Paulo Roberto Jorge do Prado, reforçou o trabalho que o MP vem fazendo voltado para a proteção de crianças e adolescentes, com a divulgação da peça teatral “**Inocentes Pétalas Roubadas**”, que este ano percorrerá 16 municípios de Mato Grosso.



Paulo Prado
procurador de Justiça



Tipos de Violência

Leis de combate à violência contra a mulher são tema de entrevista

O enfrentamento à violência contra a mulher foi tema central abordado pelo projeto “Diálogos com a Sociedade”, com as promotoras de Justiça Marcelle Rodrigues da Costa e Faria e Lindinalva Correia Rodrigues, e a advogada Thaís Brazil. As interlocutoras falaram sobre “Leis de Combate à Violência Contra a Mulher”.

“Nós, aqui em Cuiabá, fomos os primeiros a aplicar a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Foi muito difícil trazer esse tema; até então, a violência doméstica era um tabu. Se a Lei Maria da Penha trouxe algo de positivo, é exatamente essa oportunidade de estarmos falando de algo que antes se via e não se falava sobre. As mulheres sofriam caladas e eram sacrificadas para salvar o casamento em nome da suposta harmonia familiar”, iniciou Lindinalva Rodrigues.



Marcelle Rodrigues
promotora de Justiça

Marcelle Rodrigues destacou o avanço da Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), que passou a dar nome a esse crime. “Enquanto não nomeamos algo, ele não existe. Os homicídios perpetrados contra uma mulher por ser mulher, antes de 2015, caíam na vara comum, eram considerados homicídios. Não havia pesquisas, dados estatísticos que pudessem esclarecer de que forma essas mulheres eram assassinadas”, afirmou.

Conforme a promotora, os números são alarmantes. “O Anuário de Segurança Pública, publicado em 2024, aponta que 63% das mulheres assassinadas são vítimas dos seus parceiros; 21% são assassinadas pelos seus ex-parceiros e 8,7% são assassinadas por um familiar ou conhecido. Ou seja, as mulheres são assassinadas, na maioria das vezes, por quem elas confiam. Então, nós não estamos seguras em nossos lares”, considerou.

Marcelle falou também sobre o avanço do Pacote Antifeminicídio (Lei nº 14.994/2024). “A lei aumentou a pena para o crime de feminicídio. Para quem atua no júri, acabou a possibilidade do

feminicídio privilegiado. Isso era uma causa de diminuição de pena, de um a dois terços, e fazia com que ele deixasse de ser hediondo se a pessoa fosse movida por um relevante valor social ou moral, após a injusta provocação da vítima. Com a nova legislação, o feminicídio privilegiado deixou de existir no ordenamento jurídico”, explicou.

IGUALDADE

As promotoras de Justiça enfatizaram a necessidade de educação e de medidas afirmativas para garantir a igualdade de gênero e acabar com os estereótipos femininos. “Ser mulher ainda é algo muito difícil; nós não conseguimos ocupar os espaços públicos de poder. E nós queremos ser reconhecidas não apenas como pessoas que não merecem passar por violência de gênero ou violência doméstica, mas também sermos reconhecidas pela nossa inteligência e intelectualidade”, destacou Lindinalva.

“As mulheres são assassinadas porque deixam de se comportar como a sociedade espera que elas se



Lindinalva Rodrigues
promotora de Justiça

comportem. Então, é preciso uma construção de educação, e isso tem que vir desde a escola. Precisamos reconhecer a mulher como um ser humano digno, com vontades e com autonomia sobre o seu corpo”, acrescentou Marcelle.

MACHISMO ESTRUTURAL

Conforme Lindinalva Rodrigues, o machismo estrutural nasce a partir de uma visão de que a mulher é subalterna ao homem. “É como se o nosso depoimento, a nossa narrativa, estivesse sempre levada por uma emoção que tirasse a sua credibilidade. Isso é muito importante principalmente porque, quando as mulheres finalmente decidem denunciar a violência doméstica, muitas vezes a sua narrativa não é levada em consideração”, apontou.

“Esse machismo também se vê quando colocam que o lugar da mulher ainda é dentro de casa, que são as únicas responsáveis pelos afazeres domésticos e pela educação dos filhos. Ou seja, ainda se espera da mulher os cuidados domésticos e com as pessoas, não dando a ela o mesmo valor que se dá ao papel masculino”, acrescentou.

“A violência física é o último estágio. Existem outras formas, muitas delas até mais destrutivas e perigosas”

Thaís Brazil - integrante da
Comissão da Mulher da OAB-MT



TIPOS DE VIOLÊNCIA

Thaís Brazil, integrante da Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), abordou os tipos de violência praticados contra a mulher, como física, psicológica, sexual, patrimonial, moral, estrutural e estética. “A violência física é o último estágio. Existem outras formas, muitas delas até mais destrutivas e perigosas”, observou.

Para a advogada, a violência contra a mulher não deve ser romantizada. “Existem muitos atos de violência contra a mulher que aprendemos como se fossem atos de amor. O ciúme e a possessividade, por exemplo, são vistos como algo natural. Se o meu marido quer controlar a minha roupa, não é porque ele é violento, mas sim porque ele me ama muito e está preocupado comigo”, ponderou.



Quebre o silêncio.



Promotoria
Virtual.
Denuncie!

Apoio



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



Protocolo

NÃO É NÃO!

A regra é clara:

RESPEITO EM
PRIMEIRO LUGAR.

Respeito à Mulher

Protocolo “Não é Não” é levado ao debate no estúdio de vidro

No terceiro dia do projeto “Diálogos com a Sociedade”, os convidados debateram o protocolo “Não é Não” no combate à violência contra a mulher. Os entrevistados foram a promotora de Justiça Gileade Pereira Souza Maia, a delegada de Polícia Civil Mariell Antonini Dias e o superintendente do Pantanal Shopping, César Moraes.

“A lei “Não é Não” (Lei nº 14.786/2023) surgiu para coibir agressões em estabelecimentos com venda

de bebidas alcoólicas e para reforçar que o ‘não’ da mulher significa não e deve ser respeitado”, ponderou a promotora de Justiça Gileade Maia, auxiliar do procurador-geral de Justiça (PGJ).

A promotora destacou também que a lei veio para oferecer segurança à mulher contra constrangimentos que, muitas vezes, são considerados brincadeiras. “A mulher que se sentir constrangida, seja pela insistência ou importunação, é protegida pela lei e deve ser imediatamente amparada pelo estabelecimento em que esteja”.

De acordo com a delegada Mariell Antonini, além de conter os atos de violência, o protocolo serve para conscientizar e trazer informação para a população. “Está previsto na lei o dever dos bares, restaurantes, boates etc. de fixar, em locais visíveis dentro de seus estabelecimentos, adesivos com informações claras sobre o direito da mulher, como ela deve buscar ajuda, como acionar os canais de denúncia e atendimento. E esse processo de conscientização tem que envolver todos,



Gileade P. Souza
promotora de Justiça



Mariell Antonini Dias
delegada de Polícia

especialmente os homens”, explicou.


Para a delegada, a sociedade deve ensinar os homens, desde pequenos, a como respeitar as mulheres. “Ensinar nossos meninos como se portar perante as mulheres é essencial para que tenhamos cidadãos mais responsáveis”, afirmou.

ESTABELECIMENTO COMERCIAL

O superintendente do Pantanal Shopping, César Moraes, destacou a importância de capacitar suas equipes para que estejam preparadas para atender



as mulheres da melhor maneira possível.

“Nós, como estabelecimento comercial e canal de comunicação, procuramos facilitar a linguagem com o nosso público, e a parceria com o Ministério Público evidencia isso. Essa parceria possibilitou que nosso time de colaboradores esteja treinado, caso precise intervir em situações que constriam a mulher, seguindo e colocando em prática o protocolo ‘Não é Não’”, enfatizou. 

Cuidar é o que fazemos de melhor.

O projeto social Cuidar do Futuro nos enche de orgulho. Com ele, levamos conhecimento e preparamos alunos de escolas públicas para o futuro profissional. Faz parte dos princípios cooperativistas contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade onde estamos inseridos. E seguimos isso com comprometimento e muita satisfação.

Cuidar do
Futuro

Unimed 
Mato Grosso

Diálogos com a Sociedade

Entrevistadas apresentam formas de identificar violência psicológica

“**V**ou tomar essa criança de você”, “você está muito gorda”, “péssima mãe”, “eu não gosto de você”. Essas são algumas das frases que uma mulher em ciclo de violência psicológica pode ouvir diariamente. O impacto dessas palavras na vida da mulher agredida foi discutido durante o projeto “Diálogos com a Sociedade”, no dia 13 de março.

A promotora de Justiça Claire Vogel Dutra e a jornalista Jaqueline Naujorks abordaram o tema “O crime de violência psicológica contra a mulher”.

“Tudo aquilo que te ofende e não te deixa uma marca física é violência psicológica. Se te faz sofrer, se te fere, se tira a sua condição de ser feliz e exercer o seu dia a dia, é violência psicológica”, explicou a jornalista e gerente de comunicação da Rede Mato-grossense de Comunicação (RMC).

Jaqueline ressaltou que a perpetuação desse tipo de violência está enraizada na cultura, e que desde

cedo as mulheres são ensinadas a aceitar comportamentos abusivos, ouvindo frases como “homem é assim mesmo”, “faz parte do casamento” e “não deixe ele estressado”.

A promotora de Justiça e coordenadora administrativa do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar de Cuiabá destacou que a violência psicológica pode ocorrer em diversos ambientes, mas é no contexto doméstico que suas marcas são mais profundas, gerando danos emocionais.

“No ambiente de trabalho, por exemplo, a vítima pode se desligar da empresa e denunciar. Já em casa, a situação é muito mais complexa, pois envolve filhos, patrimônio, e é muito mais difícil a mulher se desvincular”, explicou.



Claire Vogel Dutra também apontou que um dos grandes desafios no combate à violência psicológica é a dificuldade de comprovação, já que, até pouco tempo, a palavra da vítima era confrontada apenas pela negação do agressor. No entanto, com a evolução dos meios de investigação, esse cenário começou a mudar. Ela ressaltou a incorporação do laudo psicológico, um avanço liderado pela coordenadoria das perícias da Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec), Alessandra Mariano, que tem facilitado os processos de condenação ao fornecer provas técnicas e embasadas.



Claire Vogel Dutra
promotora de Justiça



MACHISMO

Outro aspecto relevante debatido foi a influência do machismo na perpetuação da violência psicológica. "Desde pequenas, as mulheres são ensinadas a se colocar um degrau abaixo, a serem modestas, fortes e solucionadoras de problemas. O machismo coloca os homens em posição de liderança, enquanto as mulheres são ensinadas a desempenhar serviços inferiores e aceitar sua subordinação", apontou Jaqueline.

Ela ainda evidenciou que, quando uma mulher decide romper com um relacionamento abusivo, muitas vezes, é julgada por outras mulheres. "Elas dizem coisas como 'você vai destruir a família', 'nem todo homem é assim'. As vítimas se encontram em uma posição difícil de escapar", observou.

GASLIGHTING


O termo "Gaslighting", mencionado pela promotora de Justiça, refere-se a uma forma de abuso psicológico em que o agressor distorce informações de maneira seletiva, omitindo detalhes e manipulando a realidade. O objetivo é fazer com que a vítima duvide de sua própria sanidade, memória e percepção, criando uma sensação constante de confusão e insegurança.

PEÇA AJUDA EM NOSSOS CANAIS DE APOIO

Diversos canais de atendimento estão disponíveis para oferecer apoio à vítima. O Ministério Público, em colaboração com o Poder Judiciário, Defensoria Pública, as polícias Civil e Militar, e ações sociais, formam uma rede de assistência e proteção.

No âmbito do MPMT, o **Espaço Caliandra oferece atendimento psicossocial especializado**, realizando o acolhimento das vítimas. Também está disponível atendimento via **WhatsApp pelos números: (65) 99259-0913 e 99269-8113**, além do site do Observatório Caliandra, em que é possível acessar informações como cartilhas didáticas, o link para a Promotoria Virtual e o **acesso à Ouvidoria pelo número 127**.

O site ainda disponibiliza ferramentas como o Quiz, o Violentômetro e o Ciclo da Violência, que auxiliam na identificação de sinais de abuso. Além disso, o site disponibiliza o link para a Polícia Civil que permite realizar o requerimento de medida protetiva e boletim de ocorrência online.

As entrevistas do projeto Diálogos com a Sociedade são iniciativa do MPMT em parceria com empresas como o Pantanal Shopping, Rádio CBN, Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja), Unimed Mato Grosso, Bodytech Goiabeiras e Águas Cuiabá. 

Proteção ao Cidadão

+ Código de Defesa do Consumidor completa 35 anos de conquistas e desafios



O Código de Defesa do Consumidor, que este ano completa 35 anos com a promulgação da Lei nº 8.078/90, tem um legado de conquistas, mas também muitos desafios pela frente. Este foi um dos temas do projeto “Diálogos com a Sociedade”. A pauta foi debatida em alusão ao Dia do Consumidor, celebrado em 15 de março.

Os entrevistados Valnice Silva dos Santos, promotora de Justiça da 6ª Promotoria de Tutela Coletiva do Consumidor de Cuiabá, e Ivo Vinícius Firmo, presidente do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor e Coordenador de Fiscalização, Controle e Monitoramento de Mercado do Procon Estadual, destacaram os avanços que o Código trouxe. Atualmente, o Código é considerado um dos instrumentos legais mais modernos que existem quando o assunto é relação de consumo e proteção dos direitos do cidadão.

Para a promotora de Justiça Valnice dos Santos,

mesmo com mais de três décadas, o Código permanece atual porque, nesse período, passou por atualizações.

A última ocorreu com a Lei nº 14.181/2021, também conhecida como a Lei do Superendividamento. Essa legislação trouxe novas regras para evitar que consumidores fiquem presos em dívidas impagáveis, garantir a renegociação de



Valnice Silva dos Santos
promotora de Justiça

débitos, prevenir abusos na concessão de crédito e obrigar os credores a fornecer informações mais claras e completas.

“A legislação prevê a defesa do consumidor de forma plena, em razão dessas atualizações. Nosso maior desafio não é a legislação, mas sim implementar o que está na lei”, diz.



Ivo Vinícius Firmo
presidente do Conselho Estadual
da Defesa do Consumidor

AVANÇO ÍMPAR

Na avaliação de Ivo Vinícius Firmo, o Código é um avanço ímpar, sendo um dos principais instrumentos de proteção aos direitos dos cidadãos nas relações de consumo. “O Código reconhece a vulnerabilidade do consumidor e garante um tratamento mais justo e equilibrado nas relações de consumo”, enfatiza.

Ele destaca que o consumidor tem seus direitos, mas também deveres. É importante que cada pessoa, no momento de adquirir um produto ou serviço, faça sua parte, como ler com atenção o que está escrito nas “letras miúdas” de um contrato. “Muitas vezes, na ânsia de fechar um negócio, o consumidor não lê as cláusulas com atenção, quando compra um produto não se atenta ao prazo de troca e esquece de pedir a nota fiscal, importantíssima no momento de garantir os seus direitos”, pontuou.



CONCILIAÇÃO

A promotora de Justiça Valnice dos Santos orienta que o consumidor busque, primeiramente, resolver sua demanda com o fornecedor. “Nós somos defensores da conciliação. No entanto, quando o problema não é resolvido, existem os canais para atender o cidadão. Se o dano for coletivo, por exemplo, o Ministério Público com certeza vai atuar. Procure nossa Ouvidoria”, explicou.

Nos casos de dano individual, o consumidor pode recorrer a uma das unidades do Procon. Em Cuiabá, elas estão localizadas na avenida do CPA e no Ganha Tempo, totalizando 50 unidades espalhadas pelo estado. É possível, também, registrar reclamação sem sair de casa por meio do aplicativo MT Cidadão, no Procon Digital.

Mais informações:

<https://www.procon.mt.gov.br/>

Endereço: PROCON/MT - Sede do Ganha Tempo - Praça Ipiranga - Travessa Paes de Oliveira, s/n - Centro, Cuiabá - MT, CEP: 78005-260.

Telefone: (65) 3613-2100

Atendimento por Whatsapp (texto): (65) 99228-3098

De segunda a sexta, das 08h às 17h



Cão que ladra, mata ***O alerta para os sinais que antecedem*** ***o feminicídio***

“**N**o contexto da violência doméstica e de gênero, o cão que ladra, morde e mata”, declarou a promotora de Justiça, Ana Carolina Rodrigues Alves Fernandes de Oliveira, no estúdio de vidro, durante o projeto “Diálogos com a Sociedade”. Ana Carolina é coordenadora-adjunta do Centro de Apoio Operacional sobre Estudos de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Gênero Feminino do MPMT e foi uma das convidadas para falar sobre o tema, ao lado da delegada de Polícia Civil, Jannira Laranjeira, especialista em violência doméstica e de gênero contra a mulher, pela Universidade Federal de Goiás.

Ao falarem sobre “Combate à violência de gênero e doméstica - Feminicídio”, as entrevistadas alertaram para os sinais da violência e destacaram que vítimas e familiares devem estar sempre atentos a eles.

“O Ministério Público de Mato Grosso, inclusive, tem um quiz disponível no site do Observatório Caliandra, que auxilia a identificar os sinais da violência e se a pessoa está sendo vítima dessa prática”, destacou a promotora de Justiça, reforçando a importância de as vítimas buscarem ajuda, acionarem as autoridades e solicitarem medidas protetivas.

NOTICIE A VIOLÊNCIA

A delegada Jannira Laranjeira trouxe dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que apontam que em 80% dos feminicídios as vítimas não tinham medida protetiva ou sequer haviam registrado boletim de ocorrência. Contudo, em um paradoxo, em 70% dos casos de mulheres mortas, as vítimas noticiaram a violência doméstica e de gênero no ambiente familiar.

“A família precisa despertar. Não é crível que continuemos entendendo e naturalizando um xingamento, uma ofensa à integridade física, comportamentos ofensivos e intimidadores”, advertiu.

Conforme a promotora de Justiça, a violência de gênero não se refere somente à esposa, mas ao gênero feminino como um todo, e ocorre em uma relação de dominação. “O agressor age com violência porque ele se sente na posição de poder

em relação ao alvo; isso o diferencia das outras violências. Isso pode não ser só entre marido e mulher, como também entre pai e filha, em que o homem utiliza dessa posição de superioridade”, esclareceu Ana Carolina.



Jannira Laranjeira
delegada de Polícia

SENTIMENTO DE POSSE

A promotora reforçou a atenção à possessividade, ao possível histórico de violência doméstica e à necessidade de ampliar as informações para que as mulheres que vivenciam cenários semelhantes entendam que estão caminhando para o feminicídio. “O feminicídio não começa com a morte, começa com a omissão, o isolamento, a baixa autoestima; a mulher perde a liberdade e passa a ser controlada”, acrescentou a delegada.

Um outro ponto que merece atenção, segundo as entrevistadas, é a estatística de que a maioria dos



Ana Carolina Rodrigues
promotora de Justiça



Quebre o silêncio.




Promotoria
Virtual.
Denuncie!

Apoio



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



feminicídios ocorre nos primeiros 150 dias após a separação (no caso de relacionamento amoroso), após a mulher anunciar que deseja se separar, ou mesmo quando a mulher assume um novo relacionamento. “Se há histórico de violência, é importante que a mulher acenda o alerta”, argumentou Ana Carolina.

Para concluir, a delegada Jannira Laranjeira apontou como principais desafios no enfrentamento ao feminicídio a subnotificação dos casos, o acesso ao processo das vítimas, a falta de geração de emprego e renda para que as vítimas rompam com o ciclo e um trabalho eficiente da rede de proteção, com a efetiva articulação entre os atores nas áreas de segurança pública, saúde, educação, assistência social, entre outras.

A promotora Ana Carolina finalizou: “O MPMT é o protetor da vítima. Você, vítima de violência doméstica e de gênero, tem toda uma rede à sua disposição; pode bater na porta do Ministério Público que estamos prontos para atendê-la”.





Crime Brutal

Caso Emelly é tema do Diálogos com a Sociedade

O crime contra a adolescente Emelly Azevedo Sena (16 anos), brutalmente assassinada em 15 de março de 2025 e que teve o bebê arrancado do ventre, foi tema da edição extra do projeto “Diálogos com a Sociedade”, em 17 de março.

O assunto, que ganhou grande repercussão e comoveu a sociedade, foi abordado pela perita oficial médica legista Alessandra Carvalho Mariano; pelo titular da Delegacia Especializada de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), Caio Albuquerque; pelo presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, deputado Max Russi; e pelo subprocurador-geral de Justiça Jurídico e Institucional do MPMT, Marcelo Ferra de Carvalho.

O subprocurador-geral de Justiça, Marcelo Ferra de Carvalho, destacou ser importante tomar muito cuidado para não justificar o crime cometido na pessoa da vítima. “A vítima pode estar onde quiser, se portar como quiser. Seja violência física ou psicológica, a culpa é sempre do agressor”, disse.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Já do ponto de vista de políticas públicas de combate à violência contra a mulher, o deputado Max Russi falou da atuação do legislativo, reforçando a lei que obriga bares, restaurantes e casas noturnas a adotar medidas de auxílio às mulheres que se sintam em risco e a lei que dispõe sobre ações de regresso no caso de atos de violência doméstica praticados contra mulheres em Mato Grosso.



Marcelo Ferra de Carvalho
subprocurador-geral de Justiça
Jurídico e Institucional

“A Assembleia tem se preocupado em fazer seu trabalho com leis direcionadas à proteção das mulheres. Estamos buscando ir além e fazer mais. Mato Grosso ainda é o estado em que mais mulheres morrem no país”, disse.

Alessandra Carvalho Mariano reforçou o minucioso trabalho realizado pelos peritos com a finalidade de assegurar a integridade das provas obtidas perante uma conduta criminosa.

“A nossa função é materializar o máximo de vestígios que forem encontrados, que auxiliem no trabalho da polícia civil e demais autoridades no desfecho desse crime chocante. A polícia científica trabalha conforme o Pacote Anticrime, com a preservação dos vestígios. Além disso, uma das atribuições do diretor de Medicina Legal é acompanhar os casos de maior complexidade”, disse.

O delegado Caio Albuquerque lembrou que a investigação não se resume à prisão em flagrante. “Os próximos passos com o encerramento da prisão em flagrante são analisar todo o cenário da casa e exaurir todas as diligências ali e também

verificar se, de fato, essas pessoas têm algum envolvimento. As diligências seguem a todo vapor para que, o quanto antes, este caso seja encerrado”, pontuou.

DENÚNCIA

Em 27 de março de 2025, a 14ª Vara Criminal de Cuiabá recebeu a denúncia da 27ª Promotoria de Justiça Criminal da capital contra Nataly Helen Martins Pereira, acusada de matar a adolescente Emelly Beatriz Azevedo Sena, de 16 anos.

A ré responderá por feminicídio, tentativa de aborto, subtração de recém-nascido, parto suposto, ocultação de cadáver, fraude processual, falsificação de documento particular e uso de documento falso.

A denúncia foi protocolada pelo Ministério Público de Mato Grosso duas semanas após o crime e recebida um dia depois pela Justiça.



Max Russi
presidente da ALMT





Reconstruindo Sonhos **Ressocialização de mulheres** **privadas de liberdade**

O projeto “Diálogos com a Sociedade” recebeu a procuradora de Justiça Josane Fátima de Carvalho Guariente, o promotor de Justiça Roberto Farinazzo e a procuradora do Estado de Mato Grosso, Glaucia Anne Kelley Rodrigues do Amaral, para falar sobre a ressocialização de mulheres privadas de liberdade por meio do projeto Reconstruindo Sonhos e do Método Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (Apac), no sistema carcerário de Mato Grosso.

“O foco principal do projeto ‘Reconstruindo Sonhos’ é o ser humano e, além do estudo e do trabalho, é essencial que aquela pessoa que errou, que feriu a sociedade, repense sobre aquilo que

fez”, declarou a procuradora de Justiça Josane Guariente, que também é coordenadora do Centro de Apoio Operacional (CAO) da Execução Penal, ao falar sobre o projeto coordenado pelo MPMT.

Criado em 2020, o Reconstruindo Sonhos teve sua primeira turma implementada em setembro de 2021, na Penitenciária Feminina de Cuiabá Ana Maria do Couto May.

“Iniciar a primeira turma do ‘Reconstruindo Sonhos’ na Penitenciária Feminina Ana Maria do Couto May foi como resgatar o feminino dessas mulheres para que elas tenham força suficiente para, quando saírem da prisão, não voltem a sucumbir e tenham uma vida digna”, declarou a procuradora.



O promotor de Justiça Roberto Farinazzo destacou a baixa reincidência dos detentos que participam do projeto. “Em Mato Grosso, aproximadamente 500 recuperandos já passaram pelo ‘Reconstruindo Sonhos’ e, desse total, apenas 12% reingressaram durante esses quatro anos de existência do projeto”, declarou.

Para o promotor de Justiça, o projeto coordenado pelo Ministério Público “agradou a gregos e troianos”. “A gente recebe muita demanda por parte dos diretores das unidades prisionais. A polícia penal quer que o ‘Reconstruindo Sonhos’ seja implementado nas diversas unidades, e os detentos também querem. Essa é uma iniciativa

que agradou tanto a polícia penal quanto os detentos”, enfatizou Farinazzo, que é coordenador-adjunto do CAO da Execução Penal.

MAIS CHANCES DE RESSOCIALIZAÇÃO

Glaucia Amaral disse ver nas mulheres segregadas no sistema prisional um público com maiores chances de ressocialização. “Eu vejo as mulheres que estão cumprindo pena como um público que, talvez, nós possamos ter mais esperança de ressocialização”, afirmou.



Glaucia Anne Kelley R. do Amaral
procuradora do Estado



Josane Fátima de C. Guariente
procuradora de Justiça



Ela também destacou a importância de as policiais penais terem treinamento em perspectiva de gênero.

“As policiais precisam entender a realidade e o fenômeno que levou essas mulheres até ali, que são diferentes do que acontece em prisões masculinas”, apontou Glaucia.

‘PRÍNCIPE ENCANTADO’

“A mulher passa por um ‘complexo de Cinderela’: desde menina, abre mão de si, de se qualificar, confiando na idealização do ‘príncipe encantado’. E, nesses anos em que atuei na Execução Penal em Cuiabá e Várzea Grande, é assustador ver quantas mulheres deixaram de lado seus destinos para se envolver com criminosos.

Quando falamos sobre a ressocialização feminina, o índice de recuperação é incrivelmente alto. Então, se falamos que a mulher tem uma alta capacidade de recuperação, é porque ela tem”, declarou Josane Guariente.

A coordenadora do Centro de Apoio Operacional (CAO) da Execução Penal destacou também o fomento ao Método Apac.

“Nós temos o intento de iniciar o projeto piloto com uma Apac feminina, como parte do Planejamento Estratégico do Ministério Público de Mato Grosso, e a participação da comunidade é importante para ter vez e voz e conhecer o que acontece intramuros, porque o Estado não consegue resolver tudo sozinho, precisa da sociedade”, revelou.





Informação é Poder

O papel da informação no acesso à saúde das mulheres



“A melhor forma de prevenir qualquer tipo de violência, especialmente contra a mulher, é por meio da instrução.”

Com a afirmação de que informação é poder, o promotor de Justiça Milton Mattos da Silveira Neto iniciou sua participação no projeto “Diálogos com a Sociedade”.

O debate, que abordou os direitos e garantias das mulheres no acesso à saúde, também contou com a participação da secretária adjunta do Complexo Regulador, Fabiana Cristina da Silva Bardi, e da vereadora Michelly Alencar.

O coordenador do Centro de Apoio Operacional (CAO) Saúde destacou um estudo realizado pela equipe de saúde do Hospital Júlio Müller e da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que

posiciona Mato Grosso como o estado com o maior índice de mortalidade materna do Brasil.

“A maioria dessas mortes poderia ser evitada com acompanhamento básico, como exames e medicamentos essenciais durante a gestação”, apontou Silveira. Ele também chamou a atenção para a falta de exames cruciais, como o morfológico e a translucência nugal, que não são disponibilizados em Cuiabá devido à ausência de contratos com profissionais via Sistema Único de Saúde (SUS).

A GRAVIDADE DA DESINFORMAÇÃO

A presidente da Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Cuiabá, Michelly Alencar, ressaltou



Michelly Alencar
vereadora de Cuiabá

que a desinformação agrava os problemas de saúde das mulheres. "Se você não sabe que tem direito a determinados exames e tratamentos, acaba sendo vítima dessa negligência", afirmou.

Michelly destacou que tem trabalhado para restabelecer a realização de exames ginecológicos na rede pública, como o papanicolau, essencial para a detecção precoce de doenças. A vereadora também mencionou a Lei nº 6.933, sancionada em 2023, que prevê medidas contra a violência obstétrica. "Apesar da lei, muitas mulheres não sabem a quem recorrer quando sofrem esse tipo de violência", alertou.

FALTA FINANCIAMENTO

A secretária Fabiana Bardi abordou a questão do financiamento da saúde. Segundo ela, a defasagem da tabela SUS impacta diretamente a oferta de

exames e tratamentos. "O estado possui o programa Fila Zero, que complementa os valores para garantir a realização de procedimentos, mas é fundamental que os municípios façam essa análise e busquem recursos complementares", disse.

O promotor Milton Mattos reforçou a necessidade de fiscalização para garantir os direitos das mulheres e destacou que o problema não está na ausência de leis, mas na dificuldade de torná-las efetivas. Segundo ele, embora muitas legislações existam, ainda falta uma rede completa de cuidado e atenção para assegurar sua aplicação. "Nosso papel no MPMT é fiscalizar para que a legislação seja cumprida", acrescentou.




Fabiana Cristina da Silva Bardi
secretária adjunta do Complexo Regulador

MULHERES À MESA

Outro ponto levantado foi a presença de mulheres na política e seu impacto na saúde feminina.

Michelly Alencar destacou que, em um cenário em que mulheres estão defendendo projetos de lei pela luta feminina, eles ganham força, mas muitas vezes não são aprovados devido à cultura machista de alguns parlamentares.

"O homem não vai entender se não tiver interesse nesse assunto; ele não entende da mulher", falou. 



Milton Mattos da Silveira Neto
promotor de Justiça -
coordenador do CAO Saúde

Quiz do Respeito

Educação e conscientização são caminhos para o enfrentamento

A procuradora de Justiça Elisamara Sigles Vodonós Portela e a defensora pública Rosana Leite Antunes de Barros defenderam que a educação escolar e a conscientização de vítimas, familiares e de toda a sociedade são os caminhos para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. Isso é crucial também para a redução dos índices que colocam o Brasil na quinta posição do ranking mundial dessa prática.

A coordenadora do Centro de Apoio Operacional (CAO) sobre Estudos de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e o Gênero Feminino do MPMT, Elisamara Portela, argumentou que, muitas vezes, a mulher não enxerga o risco ou não percebe que está sofrendo violência.

“Pensando nisso, o MPMT desenvolveu o ‘Quiz do Respeito’, disponível no site do Observatório Calianbra, para auxiliar mulheres a identificar se estão em situação de violência doméstica e familiar e, inclusive, apontar direcionamentos, como o registro de boletim de ocorrência virtual”, explicou.



Elisamara Portela
procuradora de Justiça - coordenadora do CAO
Estudos de Violência Doméstica e Familiar
Contra a Mulher e Gênero Feminino

SEMANA ESCOLAR

A procuradora de Justiça também apontou que a mulher precisa ser estimulada a entender que está em risco. “E esse papel é de toda a sociedade. Não basta o Ministério Público, a Defensoria Pública, as polícias Civil e Militar alertarem. Precisamos de trabalho nos 142 municípios de Mato Grosso, por meio da educação, de aplicar a lei nacional que cria a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, em todas as escolas públicas e privadas de educação básica. É preciso que os alunos de todos os níveis de escolaridade conheçam a **Lei Maria da Penha**, os riscos do machismo estrutural e as implicações do feminicídio”, expressou.

Para a procuradora, o caminho é a educação atrelada à conscientização. “Uma mulher que não tem consciência da violência sofrida não busca ajuda; ela acredita no agressor e perdoa. As meninas precisam ser conscientizadas desde cedo, as mães precisam estar atentas e conversar com suas filhas, bem como ensinar os filhos que agredir ou querer controlar a vida de uma mulher é errado. E isso começa dentro de casa”, decretou.

Elisamara Portela aproveitou a oportunidade para divulgar a cartilha “**Namoro Legal**”, desenvolvida pelo Ministério Público de São Paulo, que traz dicas para identificar relacionamentos abusivos.

Por fim, revelou que sonha com um programa que leve o poder público às comunidades e bairros para conversar sobre violência doméstica e a Lei Maria da Penha. E lembrou que a Organização das Nações Unidas (ONU) tem como meta acabar com a violência contra as mulheres e meninas, o que está incluído no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 - Igualdade de Gênero.

APRENDER DESDE CEDO COMO SER TRATADAS

A defensora pública Rosana Leite reforçou que as políticas públicas ainda não caminham como deveriam. “A Lei Maria da Penha completa 19 anos



EDUCAÇÃO E
CONSCIENTIZAÇÃO

em 2025 e ainda não é cumprida na sua integralidade. Não temos a violência contra a mulher nos currículos escolares. E a educação é a chave para que as crianças aprendam, desde cedo, como tratar e como serem tratadas”, enalteceu.

A coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher (Nudem) da Defensoria Pública frisou que a sociedade precisa dar crédito à palavra da mulher vítima de violência.

“Esse é um grande desafio: as mulheres ainda são desacreditadas em suas vivências e, por isso, muitas não buscam o poder público para narrar a violência que estão sofrendo. É preciso que a sociedade dê crédito à palavra das mulheres.



Rosana Leite
defensora Pública - coordenadora do Núcleo de Defesa a Mulher (Nudem)


Quando se fala em violência contra a mulher, não precisamos ter dúvidas, porque as estatísticas estão aí a nos mostrar quem é a vítima e quem é o agressor”, salientou.



FEMINICÍDIO

Rosana Leite abordou também a importância de a vítima, familiares e amigos estarem atentos a sinais como mudança de comportamento da mulher ou até a maneira de se vestir. “É um desafio fazer com que a mulher se enxergue como vítima por conta do machismo estrutural. Precisamos estar atentos aos sinais de um relacionamento tóxico e abusivo. O feminicídio acontece após outros delitos, como ameaça e lesão corporal”, considerou.

A defensora pública acentuou que o Pacote Antifeminicídio (Lei nº 14.994/2024) foi uma resposta à sociedade em razão do alto índice de assassinato de mulheres.

“Essa resposta foi importante, mas penso que a mudança na norma não resolve a situação. Temos que trabalhar a educação no país. Porque o homem não pensa na pena quando tem a sanha de assassinar uma mulher. Quando falamos em punição, temos um Código Penal recheado de penas duras e pesadas; precisamos, mesmo, quebrar paradigmas”, afirmou. 



Equidade de Gênero

Protagonismo feminino é debatido no Projeto Diálogos com a Sociedade

A participação das mulheres no mercado de trabalho, assim como na política, em empresas e instituições públicas, tem aumentado, garantindo mais representatividade. Esse avanço é fruto de conquistas históricas e lutas por igualdade. No entanto, desafios como a equidade salarial, a igualdade de oportunidades e a representatividade ainda persistem. O tema **"Protagonismo Feminino: Oportunidades, Acessos e Igualdade"** foi abordado pelo projeto "Diálogos com a Sociedade", desenvolvido pelo Ministério Público de Mato Grosso (MPMT).

A promotora de Justiça Auxiliar da Corregedoria do MPMT, Alessandra Gonçalves da Silva Godoi, do Comitê de Promoção da Igualdade Institucional

do Ministério Público de Mato Grosso, explicou a atuação do órgão na promoção da igualdade de gênero.

"Temos a recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público de atuar sob a perspectiva de gênero com o objetivo de fortalecer o combate à violência doméstica e familiar. São muitos avanços, tanto internos quanto externos, ampliando a participação feminina, inclusive com o poder de influenciar na atuação da instituição. Destaco também o trabalho da Ouvidoria das Mulheres, que recebe e encaminha denúncias em casos de violência. Além disso, temos o Espaço Caliandra e outros serviços especializados de atenção às mulheres vítimas e seus familiares", falou Godói.



Alessandra Gonçalves da S. Godoi
promotora de Justiça



AINDA EXISTEM MUITAS BARREIRAS

A vereadora e presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, Paula Calil, que está em seu primeiro mandato, lembrou que, apesar dos avanços, ainda existem muitas barreiras que dificultam a equidade de gênero. Ela confidenciou que seu ingresso na política mato-grossense foi visto com desconfiança, sendo alvo de críticas. Entre os desafios enfrentados, a vereadora destacou o trabalho do Legislativo em prol da ampliação da participação feminina na política e em cargos de liderança.

“Promovemos a escuta ativa, acolhemos nossas servidoras, realizamos cursos e atividades. As mulheres têm vez e voz na Câmara de Cuiabá. Também seguimos trabalhando pela criação de políticas públicas que assegurem os direitos das mulheres. Nosso objetivo é aproximar cada vez mais o cidadão da Câmara de Cuiabá”, afirmou a vereadora.


PROJETOS QUE CAPACITAM MULHERES

Já a consultora de Recursos Humanos da empresa Energisa, Amanda Oliveira Vieira, que atua junto às lideranças nos processos estratégicos de gestão de pessoas e indicadores em um setor historica-



Paula Calil
presidente da Câmara
Municipal de Cuiabá

mente dominado por homens, destacou sua trajetória e apoio a projetos que capacitam outras mulheres.

“Eu tive a oportunidade de exercer meu protagonismo como mulher, como líder, e cuidar das pessoas. É um trabalho contínuo na busca por equidade de gênero, mas é um desafio imenso para nós, mulheres. Precisamos dar continuidade a esse movimento, não apenas dentro de nossas instituições, mas também olhando para a sociedade como um todo, para fazer a diferença nessa história”, destacou. 



Amanda Oliveira Vieira
consultora de Recursos
Humanos da Energisa



Demanda pelo Silêncio

Combate à poluição sonora e perturbação do sossego na Capital

O promotor de Justiça Mauro Poderoso de Souza e a secretária de Ordem Pública de Cuiabá, Juliana Chiquito Palhares, participaram da rodada de entrevistas do projeto “Diálogos com a Sociedade” para falar sobre poluição sonora e perturbação do sossego na capital.

Durante o bate-papo, Mauro Poderoso explicou que, conforme o crescimento populacional das cidades, é necessária a adequação das regras em relação à poluição sonora. “A adequação social é necessária, considerando o crescimento da nossa cidade e o que compreendemos como perturbação e poluição sonora. Hoje, a demanda da sociedade é pelo silêncio, e ela tem que ser respeitada”, disse o promotor de Justiça titular da 20ª Promotoria Criminal de Cuiabá - Juizado Especial Criminal.

Para Juliana Palhares, os problemas na sociedade seriam facilmente resolvidos com respeito. “Metade dos problemas que enfrentamos como sociedade seriam facilmente resolvidos se cada um praticasse o respeito e a empatia. Muitos conflitos que chegam ao Poder Judiciário, exigindo uma ação da secretaria, poderiam ser resolvidos com cidadania e respeito”, enfatizou a secretária.



Mauro Poderoso de Souza
promotor de Justiça


DROGAS E BEBIDAS

O promotor de Justiça destacou que o crime de poluição sonora, muitas vezes, está associado a drogas e bebidas. “O crime de poluição sonora está ligado a drogas e a bebidas. O que muitas vezes começa como um ‘crime menor’ pode escalar para um crime maior, levando a agressões e, em casos mais graves, a mortes”, declarou.

Ele ressaltou a sinergia entre as instituições públicas na fiscalização e conscientização da população sobre a poluição sonora. “Precisamos de mudança no comportamento e mentalidade da

sociedade. As pessoas precisam entender que temos uma lei municipal sobre a poluição sonora e ela tem que ser executada e respeitada. É preciso respeitar o espaço do outro”, disse Mauro Poderoso.

Juliana Palhares enalteceu a parceria com o Ministério Público no combate à poluição sonora em Cuiabá e as ações de fiscalização na cidade.

“O diálogo e a parceria com o Ministério Público são muito positivos, e as estratégias compartilhadas trazem ações efetivas e preventivas, fomentando uma consciência e uma cultura de respeito na população”, consignou. 



Juliana Chiquito Palhares
secretária de Ordem Pública de Cuiabá

DENÚNCIA

A Secretaria de Fiscalização e Ordem Pública de Cuiabá resalta a importância de oficializar a denúncia pelo “Disque-silêncio”, por meio do número (65) 99341-3000, de quarta a domingo (das 22h às 3h).

É importante informar o endereço completo com ponto de referência para atuação da fiscalização.

Agir com propósito é a força que transforma futuros



CONHEÇA
A FALM



Por meio da Fundação André e Lucia Maggi – FALM, a AMAGGI fortalece pessoas e comunidades com iniciativas voltadas à agricultura familiar, qualificação profissional, empreendedorismo e apoio a organizações sociais.

Em ações que vão muito além do discurso, são quase três décadas de prática dos princípios de ESG, em mais de **35 municípios onde a AMAGGI tem atuação de negócios.**

Mais do que acesso ao mercado, a FALM promove autonomia, inclusão e desenvolvimento humano, transformando realidades e construindo histórias vencedoras.

FALM 
Fundação André e Lucia Maggi

AMAGGI 



Dispositivos Eletrônicos **Os desafios e soluções no** **combate aos crimes digitais**

O crime digital ou cibernético é aquele cometido, basicamente, com o uso de tecnologia e por meio da internet”, definiu o promotor de Justiça Leandro Volochko. O promotor e o delegado da Polícia Civil Ruy Peral foram os convidados do projeto “Diálogos com a Sociedade” para falar sobre “Crimes digitais: desafios e soluções no combate à criminalidade online”.

Ao falar sobre os tipos de crimes digitais, Leandro Volochko apontou a invasão de celulares, computadores ou outros dispositivos eletrônicos (crime

de inviolabilidade de dispositivos eletrônicos); a divulgação de imagens ou vídeos íntimos sem o consentimento da vítima (crime contra a intimidade – Lei Carolina Dieckmann - 12.737/2012); injúria, calúnia e difamação (crimes contra a honra); fraudes financeiras; roubo de perfis nas redes sociais; pedofilia e crimes contra a segurança pública.

Conforme o promotor de Justiça, estudos apontam que 97% das transações financeiras realizadas no Brasil são por meio digital, sendo que o Pix lidera o ranking.



Leandro Volochko
promotor de Justiça

TIPOS DE GOLPES

“Assim como a sociedade foi para o mundo digital, o criminoso também foi. E, infelizmente, ainda há pouco conhecimento sobre como preservar os dados das pessoas contra os criminosos. Se formos para a dark web, encontraremos praticamente todos os dados dos mais de 200 milhões de brasileiros. Com base nisso, os criminosos vão montando esquemas de golpe. E, a cada três meses, em média, eles vão mudando”, enfatizou.

Leandro Volochko mencionou que existem mais de 100 golpes cibernéticos registrados. “Figura em primeiro lugar no ranking de golpes o crime de

comercialização de produtos e serviços em lojas ou perfis falsos. Em segundo lugar, temos o crime de multiplicar dinheiro e investimento e, em terceiro lugar, o impostor pedindo dinheiro ou ajuda para familiar”, relatou o promotor de Justiça, que tem mestrado nos Estados Unidos sobre o Uso da Inteligência Artificial no Combate à Corrupção.

“A INTERNET NÃO É UMA TERRA SEM LEI”

Ao falar sobre os registros na Polícia Civil, o delegado Ruy Peral consignou que os crimes cibernéticos são um fenômeno crescente em virtude da migração das atividades humanas do meio físico para o virtual.

“O crime acompanha esse movimento natural da sociedade. Em Mato Grosso, temos observado o registro de boletins de ocorrência referentes aos mais variados crimes, situações que envolvem compra e venda de veículos, o conhecido golpe do intermediador, hackeamento de perfis nas redes sociais, fraudes eletrônicas envolvendo a transferência de valores e crimes de extorsão”, esclareceu.

O delegado advertiu que a internet não é uma terra sem lei. “Absolutamente tudo o que é feito de



Ruy Peral
delegado da Polícia Civil

um dispositivo eletrônico, com uso de internet, é passível de rastreamento e identificação pela Polícia Civil por meio de uma investigação técnica qualificada”, asseverou.

Por fim, Ruy Peral orientou os cidadãos sobre como se proteger. “Toda vez que você se deparar com uma situação de promoção de um produto, por exemplo, com preço muito inferior ao de mercado e com alerta de prazo para encerramento da oferta, é preciso atenção. No caso de boletos e de multas de trânsito, a recomendação primária é para que a pessoa confira o beneficiário antes de efetuar o pagamento. Observe o destinatário, não pague às pressas”, aconselhou.

CYBERBULLYING

De acordo com Volochko, o *cyberbullying* é classificado como crime contra a honra (injúria, calúnia e difamação), cometido em ambiente virtual. “Trata-se de algo grave, especialmente na adolescência”, afirmou. Para ele, os jovens entram no mundo digital despreparados. “Nós não somos educados, nem de maneira ética, a navegar na internet, como ocorre em países como a Coreia do Sul, em que há disciplina específica nas escolas sobre a internet”, considerou.




ATUAÇÃO DO MPMT

O promotor de Justiça Leandro Volochko ponderou que os crimes digitais são um fenômeno relativamente novo, assim como a legislação brasileira. Ele destacou que o Ministério Público de Mato Grosso investe na capacitação dos membros para atuação frente a essa prática. “Sem isso, não conseguimos entender e combater o crime cibernético, porque as especificidades são tão grandes, a maneira de lidar com a prova, o cuidado que nós temos que ter com as provas digitais, é algo completamente diferente daquilo que se fazia. Então, a capacitação é fundamental”, avaliou.

Ele contou que o MPMT criou, há cerca de dois anos, um **Centro de Apoio Operacional de Crimes e Ilícitos Digitais (CAO Ciber)** para oferecer apoio técnico e auxiliar os integrantes da instituição na repressão a esses crimes.

FRENTE PARLAMENTAR

O promotor de Justiça Leandro Volochko aproveitou a ocasião para divulgar a criação da **Frente Parlamentar (Mista) de Apoio à Cibersegurança e à Defesa Cibernética**, no Senado Federal, no mês de março. “O Congresso Nacional, atento a essa situação que estamos vivenciando, lançou a frente parlamentar nesse sentido”, anunciou. 

GRUPO
energisa120

Mato Grosso nos Energisa.



Há 120 anos, investir em desenvolvimento por onde a gente passa é a potência que nos leva cada vez mais longe.

Em Mato Grosso, levamos a energia que impulsiona a força do agro, gera negócios, conecta cidades inteiras e transforma vidas. Seguimos juntos, lado a lado com a nossa gente, respeitando o meio ambiente, valorizando a cultura e iluminando o futuro.



Conheça nossas ações
em Mato Grosso.





Desafios e Soluções

Desigualdades regionais dificultam o cumprimento do Marco Legal do Saneamento

Mato Grosso enfrentará dificuldades para cumprir o Marco Legal do Saneamento, um arcabouço legal que estabelece a universalização dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto até 2033.

A meta é que 99% da população tenha acesso à água tratada e 90% à coleta e tratamento do esgoto. O alerta foi feito pelo promotor de Justiça de Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística de Cuiabá, Carlos Eduardo Silva, durante participação no projeto “Diálogos com a Sociedade”.

Carlos Eduardo Silva e o diretor-geral da Águas Cuiabá, Leonardo Menna, discutiram sobre “Saneamento básico: desafios e soluções”.

Para o promotor de Justiça, a dificuldade de Mato Grosso em cumprir o marco legal reside nas desigualdades regionais.

“Temos no Estado poucas ilhas de excelência quando o assunto é saneamento básico. Por outro lado, a maioria dos municípios tem problemas gigantescos. Podemos citar Várzea Grande, onde a questão da falta de água é notória. Outro exemplo é Poconé, porta de entrada do Pantanal, que enfrenta dificuldade de acesso à água. São problemas que se arrastam há anos e quem sofre é a população”.

QUESTÃO COMPLEXA

O diretor-geral da Águas Cuiabá, Leonardo Menna, ressalta que o saneamento básico é uma questão complexa de ser resolvida no Estado. Ele alega que em Cuiabá, onde a empresa detém a concessão do serviço, os avanços são enormes e os desafios ainda são muitos. Menna destacou que, atualmente, 100% da Capital mato-grossense conta com abastecimento de água e 91% tem rede de esgoto.

“Observando o investimento médio anual por habitante, Cuiabá foi a capital que mais investiu, com R\$ 472,42 por habitante”, pontuou. Segundo ele, para este ano os investimentos previstos são de R\$ 260 milhões, e, desse total, R\$ 44 milhões são exclusivamente para o esgotamento sanitário do Córrego da Prainha.

Mesmo com os investimentos, ele ponderou que a empresa enfrenta desafios significativos, como a perda de água, fruto das ocupações irregulares e a baixa adesão das ligações intradomiciliares.


“Hoje, 91% da Capital tem rede de esgoto, passando na porta do consumidor, mas apenas 30% do esgoto chega à rede coletora”, diz Menna.



Carlos Eduardo Silva
promotor de Justiça de Defesa Ambiental e
da Ordem Urbanística

HISTÓRICO

O promotor de Justiça Carlos Eduardo Silva lembra que, com a liquidação da SANEMAT, o Estado de MT repassou a titularidade dos serviços de saneamento aos municípios sem prepará-los para tanto.

“O Governo do Estado precisa auxiliar os municípios, incentivando a regionalização, a concessão e a regulação dos serviços. Saneamento, além de ser importante para a saúde e o meio ambiente, é um segmento atrativo para investimentos. O Ministério Público também tem trabalhado em estratégias para o encerramento dos lixões. Em Cuiabá, tiramos mais de 300 famílias que viviam no lixão. Hoje, 90 desses catadores estão sendo capacitados para operar no mercado de reciclagem. São questões primárias que precisamos resolver agora, ou amanhã será tarde demais. Investir em saneamento é investir em vida, em saúde, em meio ambiente”, concluiu Silva. 



Leonardo Menna
diretor-geral da Águas Cuiabá



Terceiro Setor

A importância que entidades sociais têm no combate à pobreza

O projeto “Diálogos com a Sociedade” abordou o tema “Papel das fundações e do terceiro setor no fomento ao desenvolvimento social”. O debate contou com as participações do promotor de Justiça Renee do Ó Souza, da gerente de Investimentos Sociais Aletéia Rufino e da vereadora de Cuiabá Katiuscia Manteli.

O promotor de Justiça titular da Promotoria de Velamento das Fundações de Cuiabá e Várzea Grande, Renee Souza, explicou que o terceiro setor é composto por organizações da sociedade civil que não pertencem ao governo nem ao setor

privado. Essas entidades atuam em causas sociais, promovendo cidadania, inclusão, defesa de direitos e combate à pobreza.

“O terceiro setor, portanto, preenche uma lacuna entre o primeiro e o segundo setor, pois o Estado nem sempre consegue atender plenamente todas as demandas da população”, destacou Renee.

O promotor ressaltou ainda que, em países desenvolvidos, o terceiro setor desempenha um papel fundamental, sendo um dos indicadores do alto nível de desenvolvimento humano dessas nações. “Quanto mais desenvolvido é um país, mais fortalecido é o seu terceiro setor, pois ele funciona como uma ferramenta de cidadania participativa”, explicou Renee.

Segundo ele, essa estrutura permite que pessoas interessadas em causas sociais contribuam ativamente sem se envolver diretamente na política ou ocupar cargos públicos.



Renee do Ó Souza
promotor de Justiça



AMIGOS MOTIVADOS PELO AMOR

A vereadora e primeira-secretária da Câmara Municipal de Cuiabá, Katiuscia Manteli, ressaltou o trabalho social realizado por seu gabinete, enfatizando a atuação da Associação Mato-Grossense Amigos Motivados pelo Amor e Respeito ao Próximo (Amar-MT), criada em 2022.

A entidade beneficia cerca de 500 famílias por meio da distribuição de sopa, fornecimento de enxovais para gestantes em situação de vulnerabilidade e empréstimo de cadeiras de rodas.

“A Amar participa de editais e busca recursos para ampliar seu impacto. Agora, como vereadora, meu compromisso é apoiar todas as associações que desenvolvem projetos sociais em Cuiabá”, disse Katiuscia.



Katiuscia Manteli
vereadora de Cuiabá

ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Aletéia Rufino, gerente de investimento social da Fundação André e Lucia Maggi (FALM), compartilhou a trajetória da fundação, que completa 27 anos.

Atualmente, a FALM atua em 50 municípios, fortalecendo organizações sociais que trabalham com agricultura familiar, empreendedorismo e qualificação profissional.

“Nós não atuamos diretamente com pessoas, mas com instituições que as atendem. Em 2024, tivemos 121 parcerias, incluindo universidades, poder público e outras empresas”, afirmou Rufino.



Aletéia Rufino
gerente de investimento social da Fundação
André e Lucia Maggi (FALM)

FUNDAÇÕES X ASSOCIAÇÕES

Durante o debate, o promotor de Justiça esclareceu a diferença entre fundações e associações, destacando que ambas são instituições sem fins lucrativos, mas possuem propósitos distintos.

“A associação é formada por um grupo de pessoas unidas por um ideal ou objetivo comum, enquanto a fundação também reúne pessoas, mas sua base é um patrimônio destinado a uma finalidade específica. É como se o patrimônio da fundação fosse um investimento voltado para cumprir as metas estabelecidas em sua criação, diferentemente da associação, que se estrutura a partir da união de seus membros”, frisou.





Patrimônio Público

Controle preventivo do bem público é apontado como melhor estratégia

A educação para o controle social e o controle preventivo realizado pelas instituições foram apontados como os mecanismos mais eficientes para a preservação do patrimônio público pela promotora de Justiça Taiana Castrillon Dionello e pelo chefe de gabinete do Ministério Público de Contas de Mato Grosso (MPC-MT), José Barbosa do Prado Neto, durante o projeto “Diálogos com a Sociedade”. Os representantes do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) e do MPC-MT foram os convidados para ponderar sobre o assunto.

Conforme Taiana Castrillon, estatísticas apontam que apenas 5% do dinheiro desviado da administração pública retorna aos cofres públicos, após o dano já ter sido causado. “O controle repressivo se torna ineficiente”, destacou a promotora. Diante desse cenário, os entrevistados apontaram que estimular a educação da população para o controle

social, bem como a atuação preventiva das instituições e órgãos, tem um efeito mais positivo e eficaz na defesa do bem público.

Para a promotora de Justiça, é mais eficiente trabalhar com o controle preventivo, realizado antes de o fato ocorrer, por meio de ações de monitoramento, capacitação de servidores e sensibilização da população para o controle social.

“Os trabalhos incluem a conscientização sobre a importância do patrimônio público e de se preservar o que é de todos. Nesse sentido, pontuo a atuação estratégica do MPMT com os projetos Colmeia e Canoa, que estimulam a conscientização por meio da educação e da gestão patrimonial em todo o Estado”, ressaltou.

“A educação é fundamental no controle preventivo, para que a pessoa aja com uma conduta proba e não acolha como normal uma situação de falta de ética e de desonestidade”, asseverou Taiana



Educação Patrimonial



COLMEIA
Gestão Patrimonial

Dionello. “A partir do momento em que o cidadão tem a noção de pertencimento e a consciência, passa a fiscalizar o que também é dele. Esse tipo de engrenagem trará melhores resultados que o controle repressivo”, agregou.

QUEM PAGA A CONTA?

E José Barbosa concluiu: “Não existe dinheiro público, o que existe é dinheiro nosso. Tudo o que é feito pelas instituições públicas somos nós que pagamos”.

Sobre o tema “Controle, Fiscalização e Probidade Administrativa”, a promotora de Justiça Taiana Castrillon Dionello ressaltou que “ser probo é ser ético e honesto na condução da coisa pública”, uma condição que deve ser inerente aos agentes públicos que prestam serviços à população. Em oposição a esse conceito, José Barbosa explicou



*Taiana Castrillon Dionello
promotora de Justiça*

que improbidade é ineficiência, desonestidade e não fazer aquilo para o que foi pago. “Quando falamos em improbidade estamos falando em corrupção”, acrescentou a promotora.

ATOS DE IMPROBIDADE

“Temos uma legislação específica que rege o que são atos de improbidade na administração pública. Eles são classificados em três tipos: os que causam dano ao erário, os que ensejam enriquecimento ilícito e os que violam os princípios da Administração Pública como a impessoalidade e a publicidade, dentre outros”, esclareceu a promotora de Justiça.





A representante do MPMT acrescentou que, além de a lei dispor sobre as sanções aplicáveis à prática de atos de improbidade administrativa na esfera cível, ainda está prevista a responsabilização nas esferas criminal e administrativa.

ATUAÇÃO DO MPC

José Barbosa acentuou que o MPC-MT é um órgão de fiscalização externo e independente.


“O trabalho que o Tribunal de Contas realiza é analisar a prestação de contas anual dos gestores municipais e do governador. Porque todo aquele que é ordenador de despesa, que gerencia o dinheiro nosso, público, tem a obrigação de prestar contas ao TCE-MT, que vai fiscalizar e

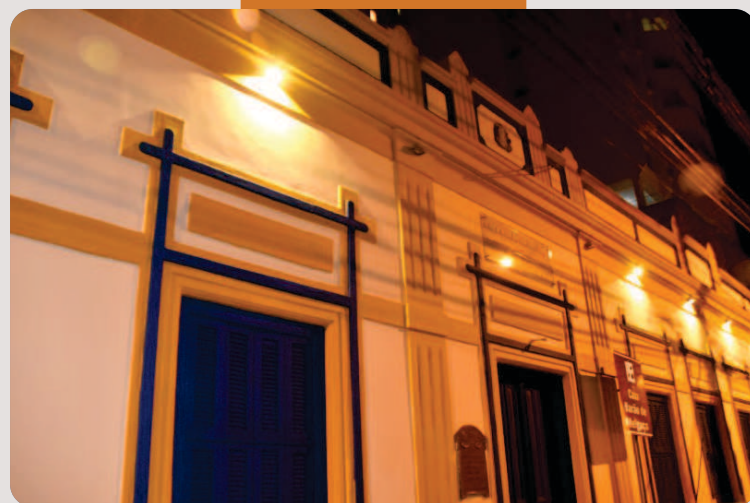
fazer uma auditoria para verificar se o que foi declarado está de



José Barbosa do Prado Neto
chefe de gabinete do Ministério Público de Contas de Mato Grosso (MPC-MT)

acordo com a lei, se o que gastou está autorizado. Então, o Tribunal de Contas faz essa checagem de como a atuação do gestor foi operada contabilmente, patrimonialmente e economicamente”, contou. Segundo o representante do MPC, se for constatada alguma irregularidade, as contas do gestor podem ser reprovadas, resultando, por exemplo, na perda do mandato.

Contudo, José Barbosa enfatizou que o titular do controle externo da administração pública é o Poder Legislativo e que o TCE fornece apoio técnico qualificado, com parecer. “Mas quem vai dizer se o prefeito vai ser cassado ou não é a Câmara Municipal, e, no caso do governador, é a Assembleia Legislativa”, explicou. 





Letalidade **Trânsito violento é reflexo da** **imprudência dos condutores**

O Brasil está entre os cinco países com o trânsito mais violento do mundo, e Mato Grosso reflete essa realidade, chegando a ocupar a terceira posição no ranking nacional de letalidade no trânsito. O dado foi destaque durante o projeto “Diálogos com a Sociedade”, iniciativa do Ministério Público de Mato Grosso em parceria com a Rádio CBN Cuiabá.

O promotor de Justiça Kledson Dionysio de Oliveira e o comandante da Polícia Militar Sandro Lúcio Fernandes da Silva discutiram medidas para tornar o trânsito no estado mais seguro.

“Trânsito é o deslocamento de qualquer cidadão no plano terrestre, seja por meio de um veículo ou a pé”, informou o promotor de Justiça Titular da 31ª Promotoria de Justiça Criminal de Cuiabá, Kledson Dionysio.

Ele explicou ainda as diferentes perspectivas do

trânsito, contrastando o seguro e o violento. “Trânsito violento é aquele que representa risco à integridade física e à vida das pessoas que se deslocam diariamente. Já o trânsito seguro é justamente o oposto: aquele que minimiza ao máximo os danos materiais e físicos ao cidadão”, afirmou.

ESTATÍSTICAS

O promotor destacou que, diariamente, cerca de 90 pessoas perdem a vida em acidentes de trânsito no Brasil. As estatísticas são alarmantes: mais da metade dos atendimentos do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) estão relacionados a essas ocorrências, 60% dos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) são ocupados por vítimas do trânsito e a alta demanda por cirurgias ortopédicas sobrecarrega o sistema de saúde.





Kledson Dionysio de Oliveira
promotor de Justiça



Sandro Lúcio Fernandes da Silva
comandante da Polícia Militar

“Os impactos, porém, vão muito além das vítimas. O custo social dessas tragédias ultrapassa 50 milhões de reais por ano, afetando a saúde pública, a economia e a qualidade de vida da população”, ressaltou.

INFRAÇÃO

Para o comandante da 2ª Companhia de Policiamento de Trânsito Urbano e Rodoviário, Sandro Lúcio, o principal problema não está apenas na infraestrutura, mas no comportamento dos motoristas. “Não há infração sem justificativa. Todo condutor tem uma desculpa para exceder a velocidade, usar o celular ao volante ou ignorar regras básicas. Mas essa autoconfiança pode custar vidas”, alertou.

A DIREÇÃO SOB EFEITO DE ÁLCOOL

Segundo Kledson Dionysio, muitas pessoas ainda acreditam que existe um “limite aceitável” para beber e dirigir. “A lei é clara: a tolerância é zero. Dirigir sob efeito de álcool é crime, e muitos só percebem a gravidade da situação quando são penalizados pelos seus atos”, enfatizou.

“É importante também chamar a atenção para o pedestre. Hoje, muitos sinistros e acidentes de trânsito são causados por eles”, ressaltou o comandante. Ele afirma que o uso do celular, proibido para motoristas, também representa um risco para pedestres, especialmente ao atravessar a rua. “Antes de cruzar a faixa, é fundamental verificar se o sinal está fechado e se os motoristas realmente pararam”, apontou.

O promotor também destacou o papel do Ministério Público na condução de processos criminais contra motoristas infratores, atuando após a fiscalização policial. Além disso, ressaltou a atuação essencial na mobilidade urbana, analisando o cenário, cobrando providências e garantindo medidas para tornar o trânsito mais seguro.





Direito da Família ***Como combater a alienação parental***

A multiplicidade de famílias, a violência contra a mulher no ambiente doméstico e a alienação parental foram temas abordados no primeiro programa “Diálogos com a Sociedade” de 2025. A segunda edição do projeto, uma iniciativa do Ministério Público de Mato Grosso em parceria com a Rádio CBN Cuiabá, aconteceu na Casa de Vidro, montada no Shopping Pantanal, em Cuiabá.

A promotora de Justiça do Ministério Público do Espírito Santo (MPES), Claudia Santos Garcia, membra auxiliar da Corregedoria Nacional do Ministério Público, e o promotor de Justiça titular da 1ª Promotoria Cível de Cuiabá e auxiliar na Execução Penal (MPMT), Allan Sidney do Ó Souza, foram os convidados para tratar sobre as temáticas, neste mês dedicado ao combate à Alienação Parental.

A promotora de Justiça Claudia Santos Garcia

iniciou o diálogo ressaltando a necessidade de se considerar as novas formas de família: “Quando pensamos no Direito das Famílias, é importante lembrar que hoje temos uma multiplicidade de famílias. A família binária tradicional, que a maioria de nós estava acostumada a entender como a família juridicamente protegida, já não é a única. É importante destacar que não é mais essa família que a lei e os Tribunais Superiores protegem. Protegem-se as diversas formas de família”.

Outra questão abordada durante a entrevista foi como a violência contra a mulher impacta diretamente o Direito de Família. Para a promotora de Justiça, crianças inseridas em ambientes de violência familiar devem ser consideradas vítimas diretas: “Hoje, no Direito da Família, não há que se falar em guarda compartilhada se a mulher é vítima de violência doméstica. Crianças e adolescentes que crescem em ambiente violento



Claudia Santos Garcia
promotora de Justiça do MPES -
membra Auxiliar da Corregedoria
Nacional do Ministério Público

também são vítimas diretas da violência contra a mulher”, frisou.

O promotor de Justiça Allan Sidney do Ó Souza pontuou que o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceram protocolos e recomendações para que membros do Ministério Público, magistrados e advogados considerem a perspectiva de gênero.

“É preciso levar em conta esse desequilíbrio social, econômico e histórico que as mulheres vêm enfrentando ao longo da existência da humanidade. Esse protocolo visa justamente coibir esse desequilíbrio. Muitas vezes, o homem segue sua carreira, enquanto a esposa estagna a sua. O protocolo de gênero existe para instigar os operadores do Direito a olharem para a mulher com outra perspectiva”, justificou ele.

O promotor também explicou o conceito de alienação parental, com base na Lei nº

12.318/2010, que define e criminaliza a prática como interferência na formação psicológica de crianças e adolescentes: “A alienação parental é outra chaga que precisamos erradicar. Ela ocorre quando, após a separação do casal, um dos genitores pratica atos para afastar o outro da convivência com o filho”, situação que considera abjeta.



Allan Sidney do Ó Souza
promotor de Justiça



Direitos Fundamentais

Proteção de mulheres e crianças deve ser priorizada em MT

A proteção de mulheres, crianças e adolescentes, sob a ótica dos direitos fundamentais, foi debatida no projeto **Diálogos com a Sociedade**, do Ministério Público de Mato Grosso. O tema foi abordado pelo corregedor nacional do Ministério Público, conselheiro Ângelo Fabiano Farias da Costa, pelo corregedor-geral do MPMT, João Augusto Veras Gadelha, e pela promotora de Justiça auxiliar da Corregedoria do MPMT, Regilaine Magali Bernardi Crepaldi.

Ângelo Fabiano Farias da Costa iniciou explicando o que são os direitos fundamentais. “São direitos previstos na Constituição Federal que abrangem aspectos relacionados à cidadania, como saúde, educação, lazer, habitação, proteção à maternidade e à infância. Não apenas o Ministério Público

brasileiro, mas também outras instituições têm a função de promover esses direitos e implementar políticas públicas nesse sentido”, explanou.

O corregedor nacional falou ainda sobre o trabalho realizado em Mato Grosso. “Queremos aperfeiçoar a atuação do estado de Mato Grosso, não apenas do MPMT, no combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres, na promoção da educação infantil e na proteção de crianças e adolescentes. Esse é o principal objetivo na



Ângelo Fabiano Farias da Costa
corregedor nacional do Ministério Público



*João Augusto Veras Gadelha
corregedor-geral do MPMT*

nossa correição ordinária temática, alinhado à promoção dos direitos fundamentais previstos em lei”, declarou.

O procurador de Justiça João Augusto Veras Gadelha contou que, assim como a Corregedoria Nacional, a Corregedoria-Geral do MPMT (Coger) é um órgão fiscalizador, multiplicador e orientador.

“Orientamos os promotores de Justiça de todo o estado, realizamos correições presenciais e atuamos também para difundir a temática da proteção de direitos fundamentais”, relatou.

Segundo o corregedor do MPMT, a proteção de mulheres, crianças e adolescentes é um tema caro à instituição. “Estamos incentivando a educação e promovendo a prevenção por meio de palestras, produção de conteúdo para redes sociais, campanhas institucionais de orientação e divulgação de peças publicitárias”, disse. O procurador citou como exemplos a campanha



*Regilaine Magali Bernardi Crepaldi
promotora de Justiça auxiliar da
Corregedoria do MPMT*

'Juntos por Elas', realizada em 2024 no enfrentamento à violência de gênero, o projeto **'Prevenção Começa na Escola'**, que consiste na apresentação de uma peça teatral nas escolas abordando temas como abuso sexual e bullying, e o projeto **'Diálogos com a Sociedade'**, que visa aproximar e divulgar a atuação do MPMT em benefício da população.

A promotora de Justiça auxiliar da Coger, Regilaine Magali Bernardi Crepaldi, apontou as principais leis na defesa dos direitos desse público.

“Em relação à proteção das mulheres vítimas de violência, a principal lei é a **Lei Maria da Penha**, que, além de garantir os direitos das mulheres, convoca os poderes a trabalhar de maneira articulada e organizada na promoção e efetivação

Prevenção começa na *escola*



de políticas públicas em todos os âmbitos. Ela também dá visibilidade a condutas que antes ficavam escondidas. No que diz respeito à infância e juventude, o principal mecanismo de defesa é o **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Além dele, temos várias outras leis que protegem essa população, como a **Lei da Escuta Protegida**, a **Lei Henry Borel** e a **Lei Menino Bernardo**”, afirmou.



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Ângelo Fabiano Farias da Costa lembrou que o Brasil é o 5º país no mundo que mais mata mulheres e que Mato Grosso lidera o ranking nacional. Ele defendeu que o aparato legislativo é avançado, mas que há uma questão cultural a ser enfrentada, bem como a necessidade de o sistema estatal e a rede de proteção serem mais efetivos.

O corregedor nacional falou ainda sobre a importância de haver políticas públicas de assistência social e de capacitação às vítimas, para que não dependam financeiramente dos agressores. Por fim, destacou a importância da denúncia.

“A violência não começa com o feminicídio; há uma escalada. Normalmente, inicia com um xingamento, seguido por uma agressão. E a mulher precisa ter o apoio e a proteção do Estado. Mas, para isso, ela deve buscar ajuda em uma delegacia ou no Ministério Público. Das 47 mulheres vítimas de feminicídio em Mato Grosso no ano de 2024, apenas uma possuía medida protetiva de urgência. Nos outros 46 casos, a

vítima não procurou o Sistema de Justiça para denunciar a violência sofrida”, argumentou.

Conforme o conselheiro, esse é um trabalho de conscientização. “O que tenho exigido dos promotores e promotoras é tolerância zero, linha dura no enfrentamento à violência contra a mulher e contra a criança. Isso precisa ser, de fato, uma prioridade, para reduzirmos os índices”, destacou.

Os entrevistados falaram ainda sobre o **Observatório Caliandra, Grupos Reflexivos para Homens**, e a diferença entre **escuta protegida** e **depoimento especial**.





OUVIDORIA *das Mulheres*

registre sua demanda

**VIOÊNCIA?
DENUNCIE!**

Fale com a gente <<<<<<

Acesse os canais de atendimento da Ouvidoria das Mulheres



Ligue: 127 [12h às 19h - custo de uma ligação local]



Telefones (Whatsapp):
[65] 9 9259-0913 e [65] 9 9269-8113



E-mail: ouvidoriadasmulheres@mpmt.mp.br



Site: mpmt.mp.br/ouvidoria

www.mpmt.mp.br



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO





Empoderamento

Capacitação e autonomia financeira são pilares para o empoderamento

Em mais uma rodada de entrevistas do projeto “Diálogos com a Sociedade”, a Rádio CBN Cuiabá recebeu a subprocuradora-geral de Justiça de Planejamento e Gestão do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), Anne Karine Louzich Hugueney Wiegert, a gerente de marketing do Pantanal Shopping, Daniela Rossi, e a analista técnica e gestora estadual do programa “Sebrae Delas”, Driely Sena, para falarem sobre a capacitação e autonomia financeira para mulheres.

Durante o bate-papo, a subprocuradora Anne Karine Wiegert disse que a capacitação e a autonomia financeira das mulheres passam pelo empoderamento. “O empoderamento é um conceito plural. Ele leva ao desenvolvimento dessa autonomia, que traz para a mulher a liberdade de escolha, de poder de decisão, e a igualdade de consideração, de respeito e de oportunidades. Ao

trazermos para debate a capacitação e a autonomia financeira, estamos falando desses pilares”, declarou.

Ela ressalta que o Ministério Público tem papel essencial na proteção dos direitos das mulheres. “O Ministério Público, regido pela Constituição Federal, garante a igualdade e autonomia para as mulheres, promovendo o acolhimento, o atendimento e a defesa delas. Somos um agente indutor, fomentador e de diálogo com a sociedade. Por isso, estamos aqui para dialogar e ser esse interlocutor”, considerou.

A gerente de marketing do Pantanal Shopping destacou que a presença feminina dentro



Anne Karine Louzich Hugueney Wiegert
subprocuradora-geral de Justiça de Planejamento e Gestão



da organização é muito forte. “Oitenta por cento da nossa equipe é composta por mulheres, desde a administração, passando pelo comercial, financeiro e o operacional. Nosso time de colaboradoras é muito grande, e isso reflete nas ações realizadas pelo shopping”, garantiu Daniela Rossi.

Driely Sena destacou que o número de empreendimentos liderados por mulheres em Mato Grosso vem crescendo cada vez mais. “Mato Grosso possui hoje mais de 180 mil mulheres empreendedoras, o que representa, aproximadamente, 40% dos

negócios ativos no estado. Isso mostra que as mulheres estão cada vez mais se empoderando e buscando sua autonomia. E o programa ‘Sebrae Delas’ ajuda a alavancar os negócios femininos. Nosso objetivo é aumentar cada vez mais o número de empresas lideradas por mulheres”, evidenciou.



Driely Sena
analista técnica do Sebrae-MT




Daniela Rossi
gerente de marketing do Pantanal Shopping

Outro ponto acentuado pela subprocuradora Anne Karine é a dependência financeira enfrentada pelas mulheres.

“A dependência financeira é uma realidade que, infelizmente, ainda existe. Temos situações diversas de mulheres vítimas de violência que acabam colocando em segundo plano a vida, a dignidade física e psicológica delas, por estarem atreladas economicamente aos seus agressores. Isso faz com que essas mulheres empreendam por uma necessidade de romper com esse ciclo de violência e dependência. Mas é preciso virar essa chave e fazer com que essas mulheres busquem empreender por oportunidades, tornando a participação delas plena e efetiva, e seu desenvolvimento social, econômico e político”, disse.

A gestora do programa “Sebrae Delas” pontuou que o Sebrae oferta diversas capacitações para que as mulheres, além de empreender, se enxerguem como empreendedoras. “A mulher realmente empreende mais por necessidade, e nós ofertamos diversas capacitações para que ela se torne uma empreendedora e se enxergue como tal, proporcionando um ambiente acolhedor e diferenciado, com facilitadoras mulheres, para que ela compartilhe suas necessidades, dificuldades e sucessos”.

“Quanto mais as mulheres ocuparem os espaços com suas particularidades, com suas habilidades, mais haverá desempenho e avanço em termos de inovação e engajamento. Então, que sejam abertos cada vez mais espaços para as mulheres”, finalizou Anne Karine. 



Doação de Sangue Entrevista ressalta importância dos doadores regulares em Mato Grosso

O projeto "Diálogos com a Sociedade", uma parceria entre o Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) e a rádio CBN Cuiabá, trouxe uma edição extra com um tema vital: a doação de sangue. Participaram da entrevista o promotor de Justiça Mauro Poderoso de Souza, titular da Promotoria Criminal dos Juizados Especiais de Cuiabá, e a diretora-geral do MT-Hemocentro, Gian Carla Zanela.

O alerta é claro: o estoque de sangue em Mato Grosso depende constantemente de novos doadores. A diretora Gian Carla reforçou que "conforme os hospitais retiram as bolsas, os estoques diminuem rapidamente. Precisa-





mos muito dos tipos O+ e O-, mas todas as doações são essenciais para manter os níveis adequados".

O promotor Mauro Poderoso explicou a dimensão da necessidade: "Uma única cirurgia de grande porte pode exigir até 20 litros de sangue, enquanto cada doação fornece apenas 400 ml. Por isso, a conscientização e a mobilização da sociedade devem ser contínuas".

Para garantir o abastecimento, o MT-Hemocentro, único banco de sangue público do estado, mantém uma atuação estratégica em todos os 142 municípios mato-grossenses. "Além de nossa sede fixa em Cuiabá, operamos três unidades móveis de coleta que percorrem todo o estado, incluindo parcerias com órgãos públicos e empresas privadas para facilitar o acesso aos doadores", explicou a diretora, completando que as coletas externas são fundamentais para reforçar o estoque estratégico. A iniciativa busca atender especialmente aqueles que desejam doar, mas enfrentam dificuldades para se deslocar até a sede central.

O promotor de Justiça Mauro Poderoso explicou que a atuação do Ministério Público vai além de um órgão fiscalizador. "Nós também sentimos na pele quando amigos e familiares precisam de sangue. É nosso dever, como cidadãos e como representantes do MP, incentivar a solidariedade e o compromisso coletivo", afirmou. Ele citou os incentivos oferecidos pelo estado para os doadores regulares, como a meia-entrada em eventos, certidão positiva em concursos e isenção na Corrida de Reis.

Um ponto inovador abordado pelo promotor de Justiça foi o uso da



Gian Carla Zanela
diretora-geral do MT-Hemocentro

doação de sangue voluntária como alternativa ao pagamento de cestas básicas durante as audiências no Juizado Especial Criminal de Cuiabá (Jecrim). "Tem tido uma aceitação surpreendente. Muitas pessoas, que inicialmente poderiam resistir à ideia, acabam se envolvendo e entendendo a importância do ato", explicou.

Gian Carla destaca que essas iniciativas do Ministério Público e do MT-Hemocentro contribuem para o aumento de doadores fidelizados, aqueles que mantêm uma rotina constante de doação de sangue. "Homens podem doar até quatro vezes por ano, e mulheres, três. Qualquer ação que incentive essa prática ajuda a manter



cidadãos comprometidos com a doação regular”, afirmou.

Embora os incentivos sejam importantes, o promotor de Justiça enfatizou que a doação de sangue vai além: é um ato de amor ao próximo, que exige tempo e desprendimento.

«Meu pai foi bombeiro e dedicou a vida a salvar pessoas. Isso me faz refletir: precisamos fazer a nossa parte. Afinal, qual o sentido da vida senão podermos dizer, ao final da jornada, que ajudamos a transformar e salvar vidas?»



QUEM PODE DOAR

Para ser doador de sangue no MT-Hemocentro, é preciso ter entre 16 e 69 anos e 11 meses e 29 dias; pesar no mínimo 50 Kg; estar em boas condições de saúde; ter dormido pelo menos 5 horas nas últimas 24 horas; estar alimentado; e apresentar documento oficial com foto. Menores de 18 anos também podem doar, mas somente com autorização dos pais ou responsável legal.

QUEM NÃO PODE

Apesar da boa vontade, há pessoas que não podem realizar a doação de sangue.

Não pode doar sangue quem fez cirurgia cardíaca, tem ou teve um teste positivo para HIV, teve hepatite após os 11 anos de idade, teve diagnóstico de doença de Chagas e recebeu enxerto de dura-mater.

AFASTAMENTO DO TRABALHO

A legislação brasileira (Lei nº 1.075/1950) permite que o doador se ausente do trabalho por um dia, sem prejuízo salarial, desde que apresente comprovante da doação.

ATENDIMENTO MT - HEMOCENTRO

O site <http://mthemocentro.saude.mt.gov.br> oferece agendamento online e informações detalhadas.

Também é possível obter atendimento pelo WhatsApp **(65) 98433-0624**.



Interesse Público

Integridade, moralidade e eficiência são pilares de gestão responsável

Integridade, moralidade e eficiência são os pilares de uma gestão governamental que verdadeiramente serve ao interesse público.

A afirmação é do procurador de Justiça Edmilson da Costa Pereira, titular da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Probidade, Patrimônio Público e Ordem Tributária do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT), em entrevista ao projeto “Diálogos com a Sociedade”.

Para o procurador, a compreensão dos princípios básicos que norteiam a administração pública é o ponto de partida. Ele destaca a probidade, a eficiência e, principalmente, a moralidade como elementos interligados e indispensáveis. “Ofender a moralidade é desrespeitar a ética, e esse é um

desafio constante que enfrentamos no MP”, afirma, ressaltando que a visão tradicional de dano ao patrimônio público muitas vezes se restringe ao ato de improbidade administrativa. “Mas eu não preciso, necessariamente, cometer um ato ímprobo para ofender o patrimônio público. Posso lesar o interesse coletivo sem incorrer, necessariamente, em um ato tipificado como improbidade”, explicou.

Nesse contexto, o procurador enfatizou que a defesa do verdadeiro patrimônio público é uma responsabilidade compartilhada. “Do presidente da República ao prefeito da menor cidade, cada um tem seu papel. Mas o funcionário público, da menor à máxima atribuição, também é peça fundamental nesse cenário”.

Ele traçou um paralelo entre a iniciativa privada e o setor público:

“Na empresa privada busca-se o lucro, o que mantém a empresa em funcionamento. No serviço público, a eficiência precisa estar atrelada ao resultado que importa para a sociedade. Que resultados são esses? O trabalho realizado por um policial que atua na segurança pública, a limpeza urbana, as aulas ministradas por um professor”.


Conforme ele, um marco importante nessa discussão foi a interpretação da Lei Anticorrupção, em 2013, que passou a definir a integridade como um componente essencial para que as ações e estratégias governamentais sejam orientadas pela ética e pelo interesse público. “Isso é o fundamental. Tudo o que uma pessoa está fazendo, desde o atendimento no balcão até a entrega de uma correspondência, o servidor público tem que estar agindo com ética.



Edmilson da Costa Pereira
procurador de Justiça da Especializada na Defesa da Probidade,
Patrimônio Público e Ordem Tributária

Aí se atinge o princípio da moralidade, estabelecido na Constituição e o interesse público”.

O procurador critica a mentalidade ultrapassada onde a resolução de problemas dependia da capacidade individual de cada cidadão. “Uma pessoa que precisa de uma providência não precisa tomar uma atitude privada, como se estivéssemos naquele estado anterior, onde cada um cuidava do seu e, se alguém desrespeitasse, a resposta vinha da força. Quem podia mais, dominava mais. A criação do Estado foi justamente para dar igualdade a todos, e esse é o preceito que precisamos observar hoje”.

Diante desse panorama, o Ministério Público tem direcionado sua atuação para além da punição dos atos de improbidade. “Não importa apenas trabalhar contra quem comete o ato de improbidade, mas precisamos verificar como as gestões estão atuando para que a integridade seja compartilhada entre todos, de modo a não ocorrerem irregularidades”, disse Edmilson da Costa Pereira. 



Do solo fértil de Mato Grosso, brota mais que soja e milho — brota solidariedade.

Conheça o AGROSOLIDÁRIO, programa de responsabilidade social da Aprosoja MT.

Fundado em 2009, o programa está presente em todo o estado de Mato Grosso e no Distrito Federal. Suas ações se organizam em quatro pilares que transformam vidas e fortalecem comunidades:



Soja é vida

Projeto de distribuição de bebida à base de soja, promovendo uma alimentação nutritiva e acessível. Em 2025, serão distribuídas mais de 16 mil unidades da bebida, rica em proteínas, fibras e minerais essenciais.

Soja é cultura

Apoiamos instituições culturais que ampliam os horizontes de crianças e adolescentes. Em 2025, mais de 1.000 pessoas já estão tendo acesso à arte, leitura e manifestações culturais.

Soja é esporte

Investimos em projetos que integram atividade física e alimentação saudável. Mais de 300 atletas são beneficiados em 2025.

Soja é social

Além das ações permanentes, realizamos atividades complementares, como patrocínios, participação em eventos filantrópicos e parcerias com empresas que compartilham do nosso propósito social. Em 2024, mais de 6.000 famílias foram beneficiadas.

A Aprosoja segue incentivando o cultivo da solidariedade, porque sabemos que a nossa maior colheita é o amor.

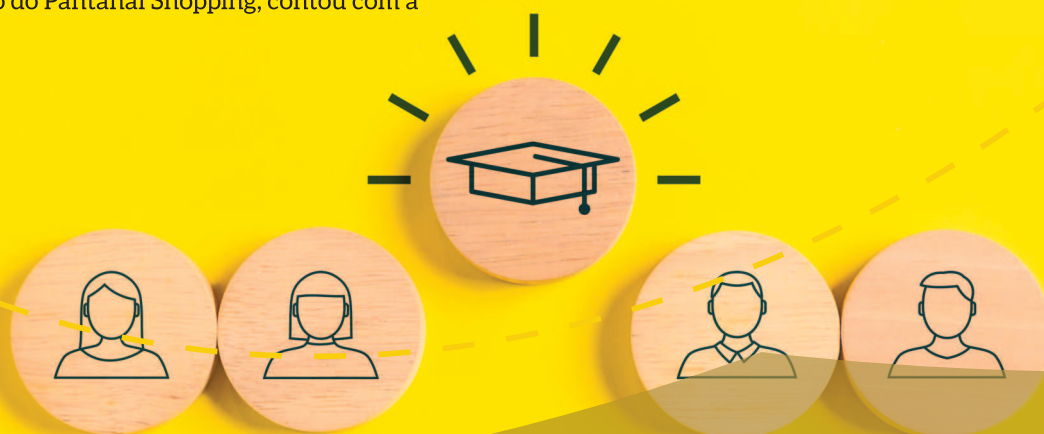


Diálogos com a Sociedade

Educação como Força Transformadora

A importância da educação e qualificação técnica para a transformação social foi o tema central do projeto "Diálogos com a Sociedade", uma iniciativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT). O evento, transmitido ao vivo pela Rádio CBN Cuiabá direto do Pantanal Shopping, contou com a


participação do procurador de Justiça Antonio Sergio Cordeiro Piedade e da advogada Jamille Clara Alves Adamczyk. Eles abordaram o tema "Fomento ao conhecimento técnico para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária".



A DINÂMICA SOCIAL E A NECESSIDADE DE APRIMORAMENTO

Antonio Sergio Cordeiro Piedade, que é coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) - Escola Institucional do MPMT, iniciou a entrevista ressaltando as rápidas transformações sociais e a necessidade de aprimoramento técnico dos profissionais. "Temos vivenciado um processo transformador, não só no Ministério Público, mas na sociedade, no mundo. Não imaginávamos, por exemplo, o modelo em que você tem um smartphone com acesso à internet, aplicativos e redes sociais. Ou seja, estamos diante de uma realidade muito dinâmica", afirmou.

Para o procurador, esse é um momento de transição em que o Ministério Público, consciente de sua missão de defender a democracia e os interesses coletivos, precisa de profissionais conectados com a realidade e tecnicamente preparados. "Para isso, nós precisamos de um profissional conectado com a realidade, com o mundo, preparado tecnicamente, para que ele possa prestar um serviço com mais qualidade. E a ferramenta que nós usamos é o conhecimento. Então, a nossa escola tem essa finalidade:



Antonio Sergio Cordeiro Piedade
procurador de Justiça e coordenador
do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento
Funcional (Ceaf) Escola Institucional do MPMT

promover o aprimoramento e aperfeiçoamento constantes", destacou.

Piedade também enfatizou a importância de um atendimento humanizado, mesmo diante do avanço tecnológico. "Precisamos de profissionais capacitados para enfrentar esse cenário, mas, acima de tudo, com sensibilidade humana, social e empatia. É essencial que tenham a capacidade de chegar ao interior do estado, nas comarcas mais longínquas, conversar com a comunidade, captar suas demandas e respeitar a cultura local. Acho que isso é fundamental: mesclar o capital intelectual com a sensibilidade para poder atingir a finalidade e a missão da nossa instituição", pontuou.

O PAPEL DA ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA (ESA)

Jamille Clara Alves Adamczyk, presidente da Escola Superior de Advocacia (ESA) da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), corroborou a visão de que a formação e o ensino são essenciais, afirmando que "a qualificação é objeto de transformação social na vida dessa pessoa". Ela explicou que a ESA oferece formação de excelência para advogados e estagiários por meio de congressos, workshops, simpósios e palestras.

A advogada detalhou a capilaridade da ESA, presente em todas as 29 subseções da OAB-MT no estado. "O representante da escola é quem faz o



Jamille Clara Alves Adamczyk
presidente da ESA da OAB-MT

levantamento da demanda específica da advocacia naquela subseção, porque a demanda de Sorriso não é a mesma de Primavera do Leste, por exemplo. Então, para que possamos organizar uma programação que entregue efetivamente o que aquela região necessita, nós temos esse representante", explicou. Além disso, a ESA planeja transmissões online para garantir que os recursos da capital sejam acessíveis a advogados de todo o estado.


Adamczyk ressaltou a evolução da ESA em seus 35 anos, destacando a inauguração da nova sede no ano passado e o aumento na oferta de cursos. Há uma crescente procura por qualificação em áreas como direito digital, agronegócio, direito previdenciário e direito do trabalho. Diante do avanço tecnológico, a escola também se preocupa em desenvolver outras habilidades nos advogados, como comunicação, oratória, gestão e o uso responsável e ético da inteligência artificial.

CAPACITAÇÕES OFERTADAS POR AMBAS AS INSTITUIÇÕES

O procurador de Justiça informou que o Ceaf, braço acadêmico e científico do MPMT, é credenciado desde 2021 pelo Conselho Estadual de Educação como escola de governo. Os cursos são definidos democraticamente, baseados nas demandas das áreas da instituição.

O Plano Anual de Capacitação (PAC) do Ceaf, homologado pelo procurador-geral de Justiça, inclui cursos de extensão, uma especialização lato sensu em Direito Administrativo, um Mestrado Interinstitucional (Minter) com a PUC Minas e um Doutorado Interinstitucional (Dinter) com a Faculdade Autônoma de Direito (Fadisp) de São Paulo, além de diversos projetos de extensão.

O coordenador da escola citou ainda os projetos Biblioteca Viva, Colóquios Ministeriais, Trilhas Organizacionais, Diálogos Possíveis e Ministério Público sem Mistério. "Portanto, hoje nós temos uma escola que trabalha o ensino, a pesquisa, a extensão e a capacitação permanente", reforçou, destacando a autonomia pedagógica do Ceaf.

A advogada Jamille Clara Alves Adamczyk mencionou que a ESA oferece cursos de pós-graduação por meio de convênios com a Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) e a Faculdade Fasipe, com preços diferenciados para a classe. Ela também informou que a OAB-MT possui 50 comissões temáticas, que se reúnem mensalmente para debater temas específicos, e que são acessíveis à população em geral. 



Conciliação Tributária

Soluções para Conflitos Fiscais

A conciliação como ferramenta para resolver conflitos tributários foi um dos tópicos discutidos no projeto "Diálogos com a Sociedade", uma iniciativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT). Na terça-feira, 8 de abril, o estúdio de vidro no Pantanal Shopping recebeu a subprocuradora de Justiça de Planejamento e Gestão do MPMT, Anne Karine Louzich Hugueney Wiegert, o secretário de Estado de Fazenda (Sefaz-MT), Rogério Luiz Gallo, e o procurador do Estado de Mato Grosso, Victor Saad Cortez.

A subprocuradora Anne Karine explicou que a resolução consensual em matéria tributária se tornou uma alternativa eficaz para solucionar disputas entre contribuintes e o fisco, sem a necessidade do processo judicial tradicional. "Nós temos um sistema muito congestionado. O volume dessas demandas e desses conflitos de matéria tributária, as execuções fiscais, as cobranças judiciais dos tributos ocupam um espaço muito grande dentro da Justiça. E encontrar caminhos e espaços de consenso, nos quais possamos sentar, com as partes envolvidas, em um processo de diálogo, rumo a um acordo, isso é algo transformador", afirmou.

Segundo o secretário Rogério Gallo, 30% dos processos que tramitam na Justiça no cenário nacional estão relacionados a questões tributárias. "Processos que envolvem a relação entre o Estado, composto por Municípios, Estados, Distrito Federal e a União, com a sociedade de modo geral, sejam pessoas jurídicas (empresas) ou pessoas físicas. O papel da composição, de abrir outras portas que não sejam as dos tribunais, é possibili-

tar ao cidadão a resolução de seu problema", destacou.

Com foco na cooperação e no interesse mútuo por soluções mais rápidas e eficientes, a subprocuradora Anne Karine ressaltou que o MPMT, em conjunto com a Secretaria de Fazenda, busca estabelecer um novo fluxo de atuação. "Agora, estamos avançando em um grande projeto conjunto e colaborativo, criando dentro do Ministério Público um núcleo de autocomposição e mediação desses ilícitos tributários. O Ministério Público, também nesse fluxo de transformação em busca do consenso, abre um espaço para receber as comunicações da Secretaria de Fazenda em um ambiente propício para chamar o contribuinte e oportunizar-lhe um acordo dentro das balizas legais", explicou.

O procurador do Estado Victor Saad Cortez complementou, evidenciando a atuação da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) nos núcleos de atendimento ao cidadão. "A PGE hoje tem vários núcleos de consensualidade, mudando a cultura de que o Estado não negocia. Superamos isso, e agora temos um núcleo de transação fiscal, além de outro núcleo para temas não fiscais e não tributários, mas para qualquer outro tipo de conflito que envolva o Estado", afirmou.





Hospitalidade Cuiabá Celebra 306 Anos de História no Estúdio de Vidro

No dia em que Cuiabá completou 306 anos de história, o projeto Diálogos com a Sociedade recebeu dois convidados especiais no Estúdio de Vidro: a procuradora de Justiça Eunice Helena Rodrigues de Barros, titular da 24ª Procuradoria de Justiça, e o secretário Municipal de Cultura, Johnny Everson. Eles se

reuniram para celebrar e discutir as características marcantes da capital mato-grossense.

Cuiabá é nacionalmente conhecida não só pelas altas temperaturas, mas, sobretudo, pela hospitalidade de seu povo. "A cuiabania tem um jeito muito especial de acolher todos que aqui chegam", destacou Eunice Helena. "Somos uma terra com identidade própria, que se revela na gastronomia, em um linguajar único e em danças que encantam a todos, como o nosso siriri, hoje reconhecido internacionalmente. Temos uma bela história que deve ser preservada para as futuras gerações."

À frente do Memorial do Ministério Público de Mato Grosso, a procuradora reforçou a importância da preservação: "O Memorial trata justamente da preservação de uma história. Tenho o maior cuidado em preservar a história da nossa instituição para que as pessoas que não a conhecem tenham essa oportunidade. Ao longo do tempo,



Eunice Helena Rodrigues de Barros
procuradora de Justiça



Johnny Everson
secretário de Cultura de Cuiabá

recebemos doações entusiasmadas de colegas — objetos, documentos e até móveis — que hoje compõem nosso acervo."

Para o secretário Johnny Everson, uma das funções essenciais das políticas públicas é "induzir, promover, fomentar, resgatar e preservar a cultura de um povo". Ele complementou: "Fomentar o que está na moda, o que tem mercado, é fácil. Agora, manter vivas as raízes e a identidade de um povo é o grande desafio. A cultura muda os eixos de uma sociedade, daí a importância de preservá-la."

De uma tradicional família cuiabana, Eunice Helena é filha do procurador de Justiça aposentado Evaldo de Barros, que foi vereador por Cuiabá entre 1970 e 1973. Foi dele a iniciativa da lei que criou a bandeira da capital mato-grossense.

"A única capital brasileira que não tinha bandeira era Cuiabá", revelou a procuradora. "Então, meu pai se empenhou e elaborou o projeto de lei, que foi aprovado. O projeto previa um concurso público para o desenho da bandeira, e um aluno da antiga Escola Técnica Federal, hoje IFMT, foi o ganhador. Hoje, temos essa linda bandeira que marca, mais do que nunca, a nossa Cuiabá."





O nosso tratamento é feito de *gente*

Por trás de cada obra que a gente faz, tem gente como você. Pessoas que também acordam cedo e trabalham duro para levar água e saneamento de qualidade até a sua casa. É compromisso feito por quem acredita que o melhor tratamento é feito de pessoas para pessoas.



Recomeço

Trabalho em Rede Ajuda Mulheres a Romper o Ciclo da Violência

“Eu não sabia o que era amor. Violência psicológica corta a alma.” Com essa frase impactante, a estudante de marketing e mãe de sete filhos, Jenifer Surita Quispe, emocionou a todos no projeto “Diálogos com a Sociedade”.

A entrevista reuniu a subprocuradora-geral de Justiça Administrativa do MPMT, Januária Dorilêo; a primeira-dama do Estado e idealizadora do programa SER Família Mulher, Virginia Mendes; e a própria Jenifer Quispe, cuja história de superação e recomeço tocou profundamente o público.



*Jenifer Surita Quispe
estudante de marketing*

O RELATO DE SUPERAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DA AUTONOMIA

A Jenifer compartilhou os anos em que viveu em um relacionamento abusivo. Durante a pandemia, foi forçada a se mudar de Cuiabá para o Pará, onde passou a ser controlada e vigiada. “Eu só saía de casa com ele. O mercado era longe, o comércio também”, lembrou. Mesmo com o ex-marido trabalhando à distância, as agressões psicológicas persistiam por ligações e mensagens, com tentativas de desqualificá-la como mãe e a quebra de medidas protetivas.

Seu recomeço veio com acesso à informação, capacitação e apoio. Sem renda própria, Jenifer buscou alternativas legais e educativas para romper o ciclo da violência. Foi por meio do programa SER Família Mulher que ela encontrou a força e as ferramentas para reconstruir sua vida. “A única forma de vencer é pela qualificação. A informação me salvou. A capacitação me libertou”, ressaltou.

A subprocuradora-geral de Justiça Administrativa, Januária Dorilêo, anfitriã do projeto “Diálogos com a Sociedade”, reforçou a importância da autonomia financeira nesse processo. “A independência econômica é fundamental para que a mulher consiga romper o ciclo da violência”, afirmou. Ela citou dados do DataSenado que indicam que 32% das mulheres de Mato Grosso já sofreram algum tipo de



Januária Dorilêo
subprocuradora-geral de
Justiça Administrativa

violência praticada por um homem, e mais de 60% ainda dependem financeiramente do agressor. “Esses números mostram o quanto é urgente investir em capacitação, trabalho em rede e políticas públicas”, enfatizou a promotora.



O PAPEL ESSENCIAL DO TRABALHO EM REDE

A primeira-dama do Estado, Virginia Mendes, idealizadora do SER Família Mulher, destacou a força do trabalho conjunto entre instituições. “Cada mulher assistida traz consigo uma história de superação. Nosso compromisso é para que todas tenham segurança, autonomia e a liberdade de recomeçar”, declarou.

Virginia Mendes ressaltou que o trabalho em rede é essencial para garantir o suporte necessário a essas mulheres. Ela agradeceu o apoio de diversos parceiros: “Contamos com o apoio da Segurança Pública, da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Defensoria Pública, do Ministério Público – que é um grande parceiro –, dos Tribunais de Justiça, do Trabalho e também do Eleitoral. Sou grata a Deus por todos que nos apoiam”, finalizou.



Virginia Mendes
primeira-dama do Estado



Combate ao Preconceito

Mães Atípicas Debatem Desafios e Sensibilização sobre o TEA

O "Diálogos com a Sociedade" promoveu um debate essencial sobre um tema ainda cercado de preconceito: o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Na Rádio CBN Cuiabá, a promotora de Justiça Daniele Crema da Rocha de Souza, a neuropsicopedagoga clínica e institucional Janaine Assis, e a vereadora de Cuiabá Maysa Leão compartilharam suas vivências como mães atípicas e os desafios enfrentados por seus filhos no dia a dia e na convivência social.



Janaine Assis
neuropsicopedagoga clínica e institucional

A IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO PRECOCE E DA REDE DE SAÚDE

Janaine Assis enfatizou a necessidade de atenção aos marcos de desenvolvimento infantil, rebatendo o lema de que "cada criança tem o seu tempo". "É um lema que nós (pais atípicos) queremos quebrar e extinguir, porque existe um marco de desenvolvimento que precisa ser respeitado. Então, se uma criança começa a falar as primeiras palavras entre um ano a um ano e três meses, e há uma criança com um ano e quatro, cinco meses, que ainda não fala, ela já está atrasada. Não significa que ela seja uma criança autista, mas ela já tem um atraso", pontuou.

A neuropsicopedagoga defendeu também a qualificação da rede primária de saúde. "Existem coisas que são muito básicas dentro do autismo, que se um médico da rede primária estiver qualificado, ele pode dar orientações para os pais para que esse tratamento precoce ocorra o quanto antes e que ajude a sanar várias situações", argumentou. Ela esclareceu que o tratamento busca "retirar esses atrasos presentes na vida das crianças autistas, dando autonomia e qualidade de vida para elas", e não a "cura" do autismo, que é uma condição para a vida toda.



VISIBILIDADE E CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O AUTISMO

A vereadora Maysa Leão destacou a longa invisibilidade do autismo. "As pessoas têm uma visão de que é uma condição nova, mas estudos do psiquiatra Leo Kanner, da década de 1940, já descreviam o autismo como um transtorno do neurodesenvolvimento", explicou. Ela lembrou que, por muito tempo, a condição sofreu preconceito, com muitas crianças sendo isoladas em instituições por não serem compreendidas pela sociedade. "Por ser um espectro, ele afeta a comunicação, a interação social e o comportamento de maneira variável. Então, é importante termos cada vez mais espaços como esse, para debatermos e levarmos à sociedade informações sobre o autismo, promovendo a conscientização e o entendimento sobre o TEA", declarou.



Maysa Leão
vereadora de Cuiabá



Daniele Crema
promotora de Justiça

LEGISLAÇÃO E DIREITOS DA PESSOA AUTISTA

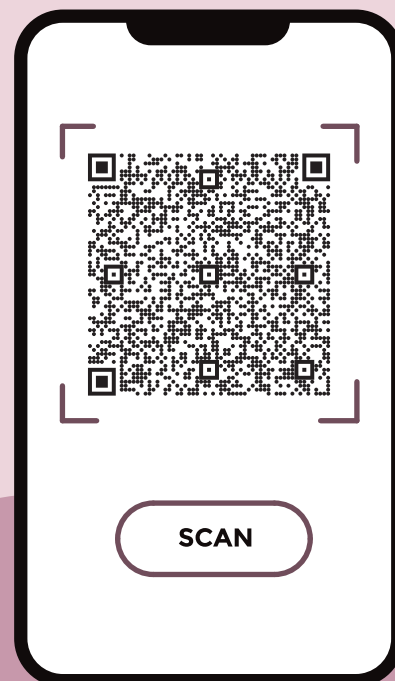
A promotora de Justiça Daniele Crema afirmou que a legislação referente ao Transtorno do Espectro Autista é ampla, incluindo tratados internacionais como a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. No Brasil, ela ressaltou a existência da Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012), uma lei federal que estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, garantindo-lhes direitos essenciais e considerando-as pessoas com deficiência para todos os efeitos legais. "Nós temos uma vasta legislação, estadual e federal, que ampara essas pessoas", revelou.

Daniele Crema, que coordena o Centro de Apoio Operacional (CAO) da Pessoa com Deficiência do MPMT, destacou que o Ministério Público de Mato Grosso desenvolveu uma cartilha que compila toda a legislação federal e estadual sobre o TEA. O objetivo é "compartilhar e promover a conscientização sobre o assunto e divulgar informações acerca dos direitos das pessoas autistas. Porque, embora nós tenhamos um arcabouço normativo, a concretude dessa legislação ainda é muito falha", afirmou a promotora.

Acesse a Cartilha TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA



Posicione a câmera do celular no QrCode ao lado.





Meio Ambiente e Desenvolvimento

Desmistificando o Agronegócio Mato-grossense

O projeto “Diálogos com a Sociedade” encerrou sua primeira temporada com um debate focado no meio ambiente.

Após um mês de intensas entrevistas com autoridades públicas e especialistas, a iniciativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT) e da Rádio CBN Cuiabá recebeu o promotor de Justiça Marcelo Caetano Vacchiano, da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística, e o presidente da Aprosoja-MT, Lucas Costa Beber.

AGRONEGÓCIO E SUSTENTABILIDADE

A safra de grãos 2024/25 tem a perspectiva de atingir o maior volume da história, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Para o promotor de Justiça Marcelo Caetano Vacchiano, que também é diretor-geral da Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso (FESMP-MT), a sustentabilidade é o princípio norteador da atuação do MPMT na área ambiental.

“Produzir sempre causa algum impacto, seja plantando, colhendo ou extraindo. A questão é como diminuir esse impacto ao máximo”, explicou.

Lucas Costa Beber, presidente da Aprosoja-MT, reforçou que Mato Grosso é uma das maiores potências agropecuárias do país, liderando a produção de carne bovina, soja e algodão. Ele enfatizou a importância de a população compreender o papel do agronegócio no desenvolvimento do estado. “As pessoas se perguntam o que têm a ver com a agricultura. Gosto de lembrar da pandemia, que trouxe muitos desafios, mas também revelou o quanto o setor é essencial. Enquanto a economia de outros estados recuava, Mato Grosso cresceu”, disse.

Beber destacou que, nos últimos quatro anos, o estado teve os



Marcelo Caetano Vacchiano
promotor de Justiça

maiores saltos no Produto Interno Bruto (PIB), no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e em avanços na educação. "Isso desmistifica a ideia de que o agronegócio é um peso para o estado. Na verdade, ele tem mostrado que todos que vivem em torno disso crescem e a sociedade cresce junto", completou.

ATUAÇÃO DO MP E BOAS PRÁTICAS NO CAMPO

A missão do MPMT é assegurar que a produção ocorra de forma responsável, respeitando as leis ambientais, como a preservação da área de reserva legal. O promotor Marcelo Vacchiano enfatizou que o órgão atua tanto na prevenção quanto na responsabilização daqueles que desrespeitam as normas, aplicando deveres administrativos, civis e penais. "É preciso desmistificar a ideia de que o setor produtivo como um todo desrespeita o meio ambiente. A maioria dos produtores segue a legislação. O problema está em uma minoria que atua à margem da lei, muitas vezes de forma clandestina, e é sobre esses que o MP age com mais rigor", afirmou.

Diante dos desafios ambientais, Lucas Costa Beber defendeu que o equilíbrio entre produção e preservação se dá ao incentivar boas práticas no campo, punir quem descumpra a legislação e valorizar os produtores que agem corretamente. Como exemplo, ele citou o projeto "Guardião das Águas", que reúne dados sobre a preservação das nascentes em áreas rurais. "Mais de 95% das nascentes do nosso estado estão em boas condições na zona rural, números que não vemos nem em outros estados, nem em outros países", destacou.

O promotor Marcelo Vacchiano chamou a atenção para o contraste entre o meio rural e o urbano. Segundo ele, o projeto "Águas para o Futuro" do MPMT revela que cerca de 85% das nascentes localizadas em áreas urbanas estão degradadas. "As nascentes urbanas enfrentam desafios específicos: estão mais expostas a lixos, à degradação e ao assoreamento, justamente em áreas onde a população mais se concentra. Já no meio rural, o produtor costuma ter uma relação mais direta com a nascente, seja pelo uso próprio ou pelo impacto na produtividade, o que geralmente resulta em maior cuidado e preservação", explicou.

O DILEMA DA MORATÓRIA DA SOJA

Outro tema importante abordado foi a Moratória da Soja, um acordo comercial em que empresas signatárias se comprometem a não comprar soja produzida em áreas desmatadas no bioma Amazônia após 2008, sob a premissa de que esses desmatamentos seriam ilegais. Para o promotor Marcelo Vacchiano, essa premissa é equivocada. "O Código Florestal permite o desmatamento autorizado, desde que sejam seguidas regras específicas. Ele estabelece limites proporcionais ao bioma onde a propriedade está inserida, considerando a fragilidade ambiental da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal. O problema é que, mesmo com a autorização legal para desmatar e produzir, o acordo comercial impede a comercialização, o que gera um conflito entre a legislação brasileira e as exigências do mercado internacional", explicou.

Segundo o presidente da Aprosoja-MT, a Moratória da Soja é uma exigência imposta principalmente pelo mercado europeu e, originalmente, deveria ter caráter provisório. "A moratória foi pensada como uma medida paliativa até a aprovação do novo Código Florestal, que ocorreu em 2012. A partir daí, ela deveria ter deixado de existir. O problema é que se manteve em vigor e acabou se sobrepondo à nossa legislação. Trata-se de um acordo comercial entre empresas privadas, do qual os produtores não participaram, mas acabaram sendo penalizados. Mesmo quem desmatou dentro da legalidade, respeitando uma das legislações ambientais mais rigorosas do mundo, passou a ser excluído por parte dos compradores internacionais que, simplesmente, se recusam a adquirir a produção desses produtores", concluiu Beber.



Lucas Costa Beber
presidente da Aprosoja-MT

**“Aqui você confere o que foi
notícia no Ministério Público
de Mato Grosso.”**



**Acesse a nossa página
no Youtube**



Posicione a câmera do
celular no QrCode ao lado.



**Transmissão
pela Rádio**

104,3 FM

às terças às 16h
quintas às 20h
sábados às 12h



Siga o MPMT nas redes sociais



www.mpmt.mp.br



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO